INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO POPULAR EM FOZ DO IGUAÇU

RUBHIA CAROLINA SILVA DOS SANTOS

FOZ DO IGUAÇU, 2020

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA E POLÍTICA- ILAESP

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

RUBHIA CAROLINA SILVA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino Americano de economia, sociedade e política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Vasconcellos de Miranda.

Foz do Iguaçu, 2020

RUBHIA CAROLINA SILVA DOS SANTOS

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO POPULAR EM FOZ DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino Americano de economia, sociedade e política, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fernando Vasconcellos de Miranda -UNILA
Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. Dr. María Alejandra Nicolás -UNILA
Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Dra. Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski - UNILA
Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, 04 de Novembro de 2020.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS Nome completo do autor(a):_____

_____

Curso: _____

Tipo de Documento (…..) graduação (…..) artigo (…..) especialização (…..) trabalho de conclusão de curso (…..) mestrado (…..) monografia (…..) doutorado (…..) dissertação (…..) tese (…..) CD/DVD – obras audiovisuais (…..) _____ Título do trabalho acadêmico: _____

_____

_____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: _____/_____/_____ Licença não-exclusiva de Distribuição O referido autor(a): a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo. Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported. Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____. _____ Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram ativamente do meu processo educacional, a todo apoio e incentivo que me impulsionaram para chegar até aqui.

Agradeço a minha mais querida amiga, que foi uma dupla excepcional durante esses anos de graduação, Rafaela M. Buono.

Agradeço ao meu irmão, Rubens J. S. Santos, por todo apoio.

Agradeço ao meu amor, Jackeline B. Villarreal.

Agradeço ao meu orientador por me guiar durante minha pesquisa, obrigado por manter meu entusiasmo durante todo o processo, por sempre apontar a direção correta que o trabalho precisou tomar e a valiosa contribuição feita ao longo do processo.

Agradeço também às Professoras Dr. María Alejandra Nicolás Dra. Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski que compuseram o comitê revisor desta pesquisa e gentilmente nos cederam parte de seu precioso tempo para estar hoje aqui nos brindando com sua presença.

Também quero agradecer à Universidade Federal da Integração Latino Americana e a todo o corpo docente do curso de de Administração Pública e Políticas Públicas pela qualidade e excelência do ensino oferecido. Agradeço por nos incentivarem a percorrer o caminho da pesquisa científica, e sempre proporcionarem um ensino de alta qualidade.

Art. 4º A função social da cidade compreende o pleno exercício de todos ao direito à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia digna, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à infraestrutura urbana e aos demais direitos assegurados pela legislação vigente. (*LEI COMPLEMENTAR Nº 271, DE 18 JULHO DE 2017 DE FOZ DO IGUAÇU PR)*

SANTOS, Rubhia Carolina Silva dos. **Políticas de Habitação Popular em Foz do Iguaçu.** 2020. (p.75) Trabalho de Conclusão de Curso de Administração Pública e Políticas Públicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar as políticas públicas habitacionais de Foz do Iguaçu, compreender o processo de desenvolvimento e crescimento da cidade (urbanização) e os instrumentos e as ações dos entes públicos atuantes nas políticas habitacionais. Apresentamos os conceitos de problema público, de cidade, de urbanização e de políticas públicas e de habitação popular. Para isso foram realizados os levantamentos bibliográficos sobre os conteúdos abordados. A análise histórica dos fatos constata que, com o aumento da população devido a migração em busca de melhores condições de vida a cidade precisou se construir e se remodelar para oferecer moradia, trabalho, saúde, energia e água para seus novos moradores. Porém, encontra dificuldades em promover infraestrutura e serviços sociais de bem-estar para toda a população, voltando-se, assim, as políticas públicas e o planejamento urbano para as classes média e alta. Resultando no crescimento desordenado e sem planejamento das áreas destinadas às classes mais pobres, para onde as camadas populares foram expulsas, lugares sem infraestrutura mínima adequada para viver de maneira digna. O trabalho conclui que a problemática da habitação em Foz do Iguaçu permeia diversos setores e são grandes os desafios ao acesso à moradia de custo acessível em localidades com infraestruturas de qualidade que proporcione educação, saúde, segurança e lazer, assim para se desenvolver políticas de redução do déficit de moradia deve se considerar a dinâmica urbana. Os programas sociais de habitação popular não devem, sendo assim, ser uma solução para um único problema que é a falta de habitação e sim olhar para o indivíduo como um integrante ativo da sociedade em pleno exercício da sua cidadania.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Políticas Habitacionais, Planejamento urbano, Foz do Iguaçu, Demografia, Segregação Espacial

SANTOS, Rubhia Carolina Silva dos. **Políticas de Habitación Popular en Foz do Iguaçu.** 2020. (p.75) Trabalho de Conclusão de Curso de Administração Pública e Políticas Públicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es investigar las políticas públicas de habitación en Foz de Iguazú, comprender el proceso de desarrollo y crecimiento de la ciudad (urbanización) y los instrumentos y acciones de las entidades públicas activas en las políticas de habitación. Presentamos los conceptos de problema público, de ciudad, de urbanización y de políticas públicas y habitación popular. Para ello, se realizaron encuestas bibliográficas sobre los contenidos cubiertos. El análisis histórico de los hechos muestra que, con el aumento de la población debido a la migración en busca de mejores condiciones de vida, la ciudad tuvo que construirse y remodelarse para ofrecer vivienda, trabajo, salud, energía y agua a sus nuevos habitantes. El análisis histórico de los hechos muestra que, con el aumento de la población debido a la migración en busca de mejores condiciones de vida, la ciudad tuvo que construirse y remodelarse para ofrecer vivienda, trabajo, salud, energía y agua a sus nuevos habitantes. Sin embargo, le resulta difícil promover la infraestructura y los servicios de bienestar social para toda la población, convirtiendo así las políticas públicas y la planificación urbana hacia las clases medias y altas. Dando como resultado el crecimiento desorganizado y no planificado de áreas destinadas a las clases más pobres, donde los estratos populares fueron expulsados, lugares sin la infraestructura mínima adecuada para vivir dignamente. El trabajo concluye que que el problema de la habitación en Foz de Iguazú permea varios sectores y existen grandes desafíos para acceder a viviendas asequibles en lugares con infraestructuras de calidad que proporcione educación, salud, seguridad y esparcimiento, con el fin de desarrollar políticas de reducción del déficit habitacional, se debe considerar la dinámica urbana. Los programas de habitación social no deben, por tanto, ser una solución a un solo problema, que es la falta de vivienda, sino que deben mirar al individuo como un miembro activo de la sociedad en pleno ejercicio de su ciudadanía.

Palabras-clave: Políticas Públicas, Políticas de Habitación, Urbanismo, Foz de Iguazú, Demografía, Segregación espacial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 – Linha temporal de políticas de habitação, 1920 a 1964, esfera federal 30
Diagrama 2 – Linha temporal de políticas de habitação, 1985 a 1990, esfera federal 37
Diagrama 3 – Linha temporal de políticas de habitação, 1992 a 2009, esfera federal 38
Fotografia 1 – Foz do Iguaçu, década de 30 44
Fotografia 2 – Foz do Iguaçu, década de 50 45
Fotografia 3 – Foz do Iguaçu, década de 60 e 70 46
Quadro 1 – Ciclo econômico, Foz do Iguaçu 42
Fotografia 4 – Foz do Iguaçu, final da década de 70 e década de 80 50
Gráfico 1 – Crescimento populacional de Foz do Iguaçu 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de famílias atendidas pelo FOZHABITA entre os anos 2005 a 2015 62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAFOZ	Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
FCP	Fundação Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FOZHABITA	Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBES	Ministério da Habitação e Bem-Estar Social
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
MHU	Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PDDIS	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável
PDDT	Plano Diretor de Desenvolvimento ao Turismo
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: CARACTERÍSTICAS GERAIS 12

2 UNIVERSALIZAR O ACESSO À MORADIA DIGNA PARA TODO CIDADÃO BRASILEIRO 16

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO 16

2.2 A QUESTÃO URBANA HABITACIONAL 20

3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU 41

3.1 URBANIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU 41

3.2 EVOLUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL EM FOZ DO IGUAÇU 55

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 65

REFERÊNCIAS 68

1 INTRODUÇÃO: A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: CARACTERÍSTICAS GERAIS

RODRIGUES (2007) afirma que o modelo de pesquisa bibliográfica permite recuperar o conhecimento científico acumulado sobre um problema. Portanto usou-se dos estudos relativos à urbanização de Foz do Iguaçu, para elaborar pesquisa bibliográfica que se ocupa em evidenciar esse processo de crescimento e desenvolvimento local.

Sabemos que o direito a moradia é uma necessidade básica humana, porém há de se pensar também na infraestrutura e acessos que terão os beneficiários das políticas de habitação. A necessidade de explorar essa questão surge de verificar se essas políticas são pensadas na inclusão de todos os cidadãos.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa, em nível local, é proporcionar uma análise das causas e das consequências do problema habitacional concernindo o déficit de moradias e o acesso à cidade e como está sendo pensada a sua resolução, se as políticas públicas habitacionais de cunho populacional recebem a atenção devida a aspectos relacionados à infraestrutura.

A produção acadêmica e científica sobre problemas públicos como a falta de acesso ao saneamento básico, e moradias, traz à tona como se manifestam as necessidades da sociedade e pode ser um forte instrumento de intercessão entre ela e os governantes. Portanto, através desse estudo, eu me valerei de outras pesquisas na área de políticas habitacionais.

Foz do Iguaçu, segundo o último censo do IBGE de 2019, apresenta um total de 258 mil e 823 habitantes, caracterizada por um processo abrupto de crescimento populacional ocorrido em meados dos anos 70 e 80, devido a construção da Usina de Itaipu. Uma cidade anteriormente pequena, pouco povoada e com pouca infraestrutura, que foi submetida a uma massa de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O tema a ser abordado neste estudo é, portanto, o das políticas públicas habitacionais em Foz do Iguaçu (cidade no oeste do Paraná), e, para isso,

apresentamos os conceitos de problema público, de cidade, de urbanização e de políticas públicas de habitação popular.

Quando confrontados com um problema público, os agentes públicos intervêm, iniciando assim uma política pública. Com o aumento populacional nas cidades, o problema de habitação se torna mais visível, tornando indispensável o estudo sobre as cidades e as políticas de habitação.

Com a expansão da cidade e a crescente modernização como foi pensado o planejamento municipal para as políticas de moradias populares? Para responder essa questão, o objetivo amplo desse estudo é investigar as políticas públicas habitacionais locais. A fim de minuciar este estudo, os objetivos específicos são compreender o processo de desenvolvimento e crescimento da cidade (urbanização), os instrumentos e as ações dos entes públicos atuantes nas políticas habitacionais.

A metodologia utilizada constituiu-se em uma revisão bibliográfica. Foram realizados os levantamentos bibliográficos sobre os conteúdos abordados, leitura e fichamentos.

As fontes consultadas foram: livros acadêmicos, disponibilizados pela biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino Americana, biblioteca municipal e biblioteca do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme. Utilizou-se bastante materiais não impressos, como artigos em PDF, encontrados por meio de pesquisa ao Google Acadêmico, notícias de jornais locais e visitas ao site da Prefeitura municipal e da Cohapar, ou seja, utilizaremos uma técnica de documentação indireta que abrange todo o material existente já publicado que aborda o assunto. Os critérios observados para a realização da pesquisa foram a qualidade das obras, assim como a data de publicação dos materiais.

Através da metodologia aplicada, pode se conceituar problema público e políticas públicas, cidade e urbanização, que foram a base para entender as políticas públicas habitacionais. A mesma metodologia auxiliou a descrição histórica sobre o crescimento e desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu e como o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu- FOZHABITA[1], se insere nele.

[1] Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu- FOZHABITA: autarquia responsável pelo planejamento

Assim como a evolução das políticas habitacionais no município e os programas atuais.

Para contextualização da política habitacional em nível nacional, usou-se da contribuição de Nabil BONDUKI (1998), um autor renomado na área de arquitetura e urbanismo, que fez um traçado do desenvolvimento e as transformações da habitação urbana no Brasil.

Em nível local, utilizou-se de dois trabalhos importantes de Luiz Eduardo CATTA (2002, 2009), que estudou a história da região, relatando a modernização e as transformações ocorridas na cidade e o aumento da pobreza.

Sendo assim, o trabalho se encontra dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo é apresentado ao leitor o entendimento de políticas públicas, que são ações desempenhadas para resolver problemas, necessidades ou insatisfações da sociedade, ou seja, os problemas públicos. Deduz-se assim que as políticas de habitação visam reduzir problemas e insatisfações relativos à habitação, sendo de responsabilidade dos três entes da Federação. Em seguida abordamos a questão urbana habitacional, onde apresentamos a definição de cidade e a segregação urbana. Desse modo o conceito de cidade é o espaço onde o urbano se desenvolve, ou seja, as relações sociais, políticas e econômicas. Nem todos tem acesso pleno ao que, a cidade produz, isso se exprime em segregação urbana. Também esclarecemos o conceito de urbanização e seus efeitos, como o complexo crescimento da cidade, junto com ele o déficit habitacional e surgimento de aglomerados e insalubres domicílios.

O segundo capítulo trata exclusivamente do crescimento e desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Separado em dois pontos, onde o primeiro buscou descrever o processo de urbanização e os fatores que levaram ao desenvolvimento local, assim como o crescimento populacional e suas implicações na questão urbana do município, e segundo ponto, relata a dificuldade da conquista da moradia, da organização da cidade, e das políticas habitacionais, que se deram através de instrumentos reguladores e de institutos de habitação que atuaram no município, assim como os problemas habitacionais

habitacional popular da cidade.

ainda existentes e os programas atuais.

Por fim o trabalho chega no seguinte desfecho, que o Estado através de políticas públicas intervêm na sociedade quando supõe uma mudança nessa, dada uma insatisfação coletiva e quando se tem o interesse dos atores na problemática apresentada, essas políticas públicas são desiguais para as diferentes classes sociais, sendo que as classes com mais poder aquisitivo são as mais assistidas.

No município as causas dos problemas habitacionais se deram pela falta de planejamento urbano, o crescimento desordenado da cidade, a marginalização das classes mais pobres e a expulsão dessas para áreas periféricas e a concentração dos interesses públicos na área central.

Para o enfrentamento do problema habitacional, através de construções habitacionais, em primeiro momento esteve a frente a Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, e apenas por um breve momento a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu-COHAFOZ, e o Instituto de habitação de Foz do Iguaçu-FOZHABITA, que veio continuar as obras do COHAFOZ.

2 UNIVERSALIZAR O ACESSO À MORADIA DIGNA PARA TODO CIDADÃO BRASILEIRO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

As definições operacionais de políticas públicas segundo Saravia (2006), consistem em:

> Sistemas de decisões públicas que visam ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição e objetivos e estratégias de atuação de alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (Saravia, 2006, p.29)

As políticas públicas, portanto, são decisões ou ações estratégicas implementadas por um governo com o objetivo de resolver problemas da sociedade.[2]

Em suma, as políticas públicas são tudo o que os governos fazem ou deixam de fazer (Dye, 1984) para a população em termos de melhoria da qualidade de vida para a sociedade em geral, visando uma mudança no *status quo*. Como exemplo temos as políticas de habitação, que visam amenizar o déficit habitacional e promover melhores condições de habitabilidade.

Essa intervenção pública surge de uma necessidade e/ou insatisfação coletiva, chamada de problema público. Um problema público é denominado assim a partir da entrada na agenda pública e tem a intervenção do Estado quando há ação do poder público e da sociedade organizada.

Em um sentido mais específico, um problema público é um problema que os atores percebem como tal. Os problemas são inseridos na agenda pública conforme interesses de atores predominantes. E para supor uma ação, se pressupõe que aquele problema possa ser transformado.

Assim, o problema entra na agenda pública, através do reconhecimento de

[2] Se faz necessário ressaltar que o Estado não é o único responsável pelas políticas públicas, estas também podem ser realizadas pelo terceiro setor, organizações não governamentais e demais formas de organização da sociedade civil.Ver Heidemann,Francisco G, SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**, 2019, p.31

que ele necessita de atenção do governo.

Após esse reconhecimento, será construída a política pública, serão apresentadas as alternativas, as propostas, os instrumentos e as restrições para a formulação da política[3].

As políticas de habitação tem como objetivo reduzir os problemas habitacionais, sendo, no Brasil, de responsabilidade compartilhada dos três entes da Federação, a União, os Estados e os Municípios.

O problema não está apenas relacionado à falta de moradia, mas também à infraestrutura, mobilidade urbana e segurança pública.

Para a formulação e gestão de uma política pública, no caso, as políticas públicas de habitação, é imprescindível o uso de indicadores. Nesse processo em particular, observamos as recomendações das autoras BLOEMER, e XAVIER (2013).

> A ideia central é a de efetuar primeiramente um levantamento da carência habitacional local. Esse levantamento deverá levar em conta diversos elementos, como por exemplo, a qualidade da moradia, se necessita de uma requalificação, qual a densidade demográfica da área, se a população tem acesso à infra-estrutura (abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo). Enfim, as informações básicas necessárias para se estabelecer um diagnóstico de uma realidade que se pretende mudar. (BLOEMER, e XAVIER, 2013, pág. 67)

O déficit habitacional é um indicador de política pública habitacional, conceituado pela *Fundação João Pinheiro*[4] como:

> O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da

[3]A política pública é representada por um ciclo, que se inicia com a identificação do problema, formação da agenda, formulação das políticas, tomadas de decisões, implementação e avaliação**.** (SECCHI, Leonardo. 2016)
A estrutura de ciclo, permite perceber que o fim pode ser um recomeço. Após a avaliação, uma política pode ser mantida ou até mesmo descontinuada (mudança de governo), podendo até mesmo, através dela, se identificar outro problema, dando início ao ciclo novamente.
Vale lembrar que o ciclo não é composto por etapas rígidas, sua forma sequencial é uma referência e pode ser apresentada de distintas formas.

[4]Instituição de pesquisa focada no estudo da realidade econômica e social dos estados, municípios e regiões, promove estatísticas de déficit habitacional, índice de desenvolvimento urbano, pesquisas sobre emprego e desemprego, PIB e outras informações territoriais.

> coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicilio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. (déficit habitacional no Brasil 2015/ Fundação João Pinheiro FJP, 2018, p.20)

Segundo a *Fundação João Pinheiro*, o déficit habitacional brasileiro tem aumentado em relação aos anos anteriores[5].

A importância de ter acesso a esses dados é que eles permitem compreender a profundidade em que esse problema se encontra, possibilitando, assim, elaborar políticas públicas para contornar o problema da habitação.

Déficit é a falta ou carência de algo, no que diz respeito à moradia, refere-se não apenas à falta de habitação, mas também a estruturas instáveis e não destinadas à habitação assim como a coabitação de várias famílias na mesma casa.

Em esfera nacional o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) é um instrumento muito importante que "busca enfrentar as necessidades habitacionais do país, presentes e futuras, visando universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro" (Plano Nacional de habitação, 2010, pg 12 -13)

O Plano Nacional de Habitação prescreve que para a viabilização da política de habitação, se deve identificar as fontes de recursos para o atendimento prioritário da população de baixa renda, assim como desenvolver outros critérios para a priorização, que não se restrinja apenas a renda familiar.

Outro ponto apontado foi a necessidade de se estabelecer metas físicas assim como financeiras, baseadas nas prioridades.

> Uma das questões necessárias para o sucesso da Política de Habitação é a preparação do aparato institucional-administrativo dos governos municipais, tendo em vista ser esse o nível de governo mais próximo da comunidade e dos problemas a serem enfrentados. Há que se assegurar a escolha e aplicação adequadas de programas e projetos deles decorrentes e, também a criação de condições para uma atuação

[5]Em 2015, o déficit habitacional, correspondia a 6.355.743 milhões de domicílios. Para saber mais, acesse <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/déficit/>
Nos anos anteriores, em 2014 o déficit correspondia a 6,068 milhões e 2013 a 5,846 milhões de domicílio. Para saber mais, acesse:
<http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-déficit-habitacional-06-09-2016/file>

> preventiva e indutora, de tal maneira que as energias geradas pelo esforço da própria população na edificação de seu habitat possam ser aproveitadas de forma racional e eficiente. (Programa Habitar Brasil/BID, 2000, p.1 - 2)

Percebe-se então, que o desenvolvimento de uma política pública de habitação em uma localidade depende dos interesses das autoridades responsáveis pela política e da necessidade de enfatizar a gravidade do problema.

Também é necessária a gestão de recursos, metas e priorização de setores mais fragilizados. Porém, é necessário que outras políticas acompanhem a política habitacional para ser possível uma melhora nas condições de habitabilidade, como apresentado pelo Portfólio de Habitação (2004 - 2011):

> [...] a questão habitacional pressupõe interface com outras políticas urbanas, além daquelas relativas a emprego e renda[...] nem sempre a implementação de um programa de habitação se apresenta como a solução mais indicada para melhorar as condições de habitabilidade de um assentamento humano.
> [...]
> A compreensão e a qualificação das demandas habitacionais apontam para a dimensão municipal e sua correspondente inserção na dinâmica característica do ambiente urbano, tendo em vista a construção de “tipologias de problemas”, articulando-as às alternativas de soluções adequadas e compatíveis com demais programas específicos. (Portfólio de Habitação 2004 - 2011, 2003, pg.21-22)

Em outras palavras, a ideia consiste em pensar na resolução dos problemas urbanos de forma conjunta com outras políticas urbanas, no nível municipal, pois nesse âmbito de governabilidade se tem uma maior inserção e conhecimento do ambiente. A compreensão do ambiente permite resolver dificuldades com a capacidade de identificar, pensar, propor e implementar soluções para resolver problemas locais .

Para compreendermos a problemática da habitação no Brasil, precisamos entender, em primeiro momento o que é cidade e urbanização, para depois contextualizar brevemente como se deu a urbanização brasileira e como foi planejada as políticas habitacionais ao longo do tempo.

2.2 A QUESTÃO URBANA HABITACIONAL

Em relação à estrutura social da cidade, Lefebvre nos dirá: “A cidade tem história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essas obras nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, p.52)

O entendimento sobre “cidade” se modifica ao longo da história, para entendermos o problema urbano, “cidade” nesse estudo é entendido como a materialização desse modo urbano de se viver[6]. Lefebvre afirma, que a composição e a conjuntura da cidade se modifica à medida em que a sociedade que nela habita muda. Sendo assim, a cidade pode ser entendida como uma narrativa da própria sociedade na delimitação do espaço urbano.

A definição de espaço urbano por Corrêa (1995) é dada pelos diferentes usos da terra, articulados entre si, que podem tanto refletir como condicionar a sociedade. Isso significa que alguns espaços são destinados às indústrias, aos comércios e aos serviços, enquanto outros à habitação. Em vista disso, o urbano se reproduz, através do trabalho, das relações sociais, políticas e econômicas e da exploração do solo urbano.

“Assim a ocupação dos espaços urbanos e o crescimento das cidades são processos desencadeados por ações públicas e econômicas que em determinado momento dominam a sociedade e vão dar a cidade seu caráter específico.”(PEHIS-PR, 2012,p.61)

Corrêa (1995) define como cinco os produtores do espaço urbano. São eles: i) os proprietários dos meios de produção, ii) os proprietários fundiários, iii)os promotores imobiliários, iv) o Estado e v) os grupos sociais excluídos.

Vamos nos limitar a essas duas últimas categorias, para evidenciar nosso objeto de pesquisa, ou seja, o estado e os excluídos: O Estado como promotor da

[6] O modo de viver urbano refere-se a vida nas cidades, suas características e atividades que são associadas às práticas industriais (setor secundário), comerciais e de serviço (setor terciário), consideradas mais complexas que as atividades agrárias, extrativas, pecuárias e demais atividades relacionadas ao campo (setor primário). Dessa forma, observa-se que o modo de viver está relacionado com a ordem social e com a economia local.

política e os excluídos como beneficiários. Assim, o Estado como produtor do espaço urbano. Em Corrêa (1995) é definido como um organizador espacial que se atém às dinâmicas temporais da sociedade, através de leis, regulamentos e investimentos na produção do espaço. Os grupos sociais excluídos, ainda conforme o autor, são os que não conseguem a propriedade de imóveis e por vezes não podem arcar com o aluguel dos mesmos, devido a sua baixa renda. Sobrando-lhes viver na insalubridade e degradação, habitando cortiços e favelas.

Dessa maneira, a cidade é propositalmente fragmentada devido aos agentes sociais e os processos de desenvolvimento da própria cidade (e/ou região). Portanto, pode-se dizer que a “cidade é a materialização de um momento histórico. O espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais; sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, e também reserva de valor.” (FERREIRA, 2014)

E é nessa fragmentação do espaço urbano que se percebe a segregação, que se dá quando uma parte da sociedade, a parte segregada, não tem acesso à infraestrutura da cidade e suas relações.

A segregação urbana significa uma divisão do espaço pela população devido a sua classe social. Como, por exemplo, em algumas grandes cidades é bem visível, bairros com casas mais pobres, com uma condição de renda menor e perto, bairros com casas mais ricas com condições de renda maior.

O próprio Estado reproduz essa condição de isolamento espacial das classes, pois em bairros com menor poder aquisitivo a presença de políticas públicas como a garantia de luz elétrica, saneamento, água, acessibilidade e transporte, por exemplo, é reduzida se comparada aos bairros com maior poder aquisitivo, onde a presença dessas políticas públicas são mais visíveis. Isso intensifica a condição de segregação.

É preciso compreender o espaço urbano como um reflexo claro da sociedade urbanizada, assim como seu próprio condicionante. (CORRÊA, 1995)

A divisão e segregação espacial e habitacional ocorre da mesma forma que ocorre a segregação de classes, mas aqui o exemplo se torna mais claro, a

segregação se torna uma expressão das relações de classe.

As condições financeiras para que as pessoas se tornem parte daquele ambiente, tanto para sua manutenção, quanto para sua inserção, dá a nítida distinção entre um bairro de classe média em comparação a um bairro extremamente periférico.

O que pode tornar a questão ainda mais clara, é a desigualdade social, que é personificada através das diferenças entre as moradias e a divisão nítida dos bairros, de acordo com as regiões ou com a origem do bairro, onde determinado grupo social vive e se reproduz. Ou seja, as áreas são homogêneas quanto a quesitos como renda, classe e qualidade de habitação.

A soma desses problemas sociais é descrita pelo termo desenvolvimento desigual, que expressa a disparidade entre ricos e pobres e a sua segregação no espaço no capitalismo.[7]

Vasconcelos, et al. (2013), define que a cidade é composta por duas divisões, uma econômica e a outra social.

> A primeira deriva da complexa espacialidade das atividades econômicas, originando terminais de transporte, depósitos, fábricas, estabelecimentos atacadistas e varejistas, escritórios de serviços, hospitais e escolas [...] Já a divisão social do espaço urbano traduz- se em numerosas áreas sociais, cada uma caracterizada por uma relativa homogeneidade entre elas. Atributos como renda, instrução, ocupação, faixa etária, fecundidade, etnicidade, religião, status migratórios e qualidade de habitação definem o conteúdo de cada área. (VASCONCELOS, et al 2013. p. 8 - 9.)

Para entendermos a situação desses problemas sociais de desigualdade e

[7] Teoria formulada por León Trotsky, **lei do desenvolvimento desigual e combinado**, onde procura analisar o processo de desenvolvimento avançados e atrasados concomitantemente, nos países.
Esse é, portanto, o cenário das grandes cidades subdesenvolvidas, no início do século XXI: um alto grau de pobreza, oriundo da natureza estruturalmente desequilibrada da industrialização e da urbanização periféricas.[...] No contexto urbano, a contradição estrutural das economias de desenvolvimento desigual e combinado se traduz pela incompatibilidade entre os bairros "globalizados" da cidade formal e os assentamentos ditos "subnormais", que configuram a tipologia majoritária da cidade real, nas zonas periféricas abandonadas pelo capital e pelo poder público. FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e Urbanização Subdesenvolvida**. 2000

segregação, precisamos observar como desenvolveu - se a formação das cidades brasileiras.

A questão urbana habitacional deve ser vista como uma problemática relacionada à industrialização urbana. Essa proporcionou o crescimento e desenvolvimento das cidades. A medida em que, a indústria, localizada em áreas urbanas, se tornou um grande atrativo de crescimento econômico e expectativa de melhores condições de vida.

A mesma não conseguiu absorver toda a massa de pessoas vindas do campo, surgindo assim a urbanização e consequentemente uma massa de trabalhadores desempregados.

Para MARICATO (2001), a urbanização “Trata-se de um gigantesco movimento de construção da cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água, etc”. (MARICATO, 2001, p.16) O processo de urbanização, se entende pela transferência da população do meio rural para o meio urbano, um ponto de inflexão, que causou o crescimento e desenvolvimento das cidades. A urbanização, refere-se, portanto, a um remodelamento do próprio espaço urbano para suportar a mudança quantitativa assim como as novas articulações que passaram a ocorrer nesse espaço.

> A urbanização brasileira teve um **caráter concentrador e excludente,** com boa parte da sociedade ficando à parte de seus benefícios, [...]. A velocidade com que se processou a urbanização no país criou dificuldades para o poder público suprir o espaço das cidades, especialmente das maiores, com infraestrutura e serviços sociais necessários para o bem-estar da população. Isso, evidentemente, foi agravado em razão das políticas de planejamento urbano estarem voltadas, prioritariamente, para as classes média e alta, resultando em uma estrutura social fragmentada e segregada espacialmente, com a expansão das periferias urbanas, sobretudo, nos grandes centros urbanos. (LUCCI, Elian Alabi. Território e sociedade do mundo Globalizado. 2016, p. 109)

A cidade, portanto, foi construída e modelada para o assentamento residencial e seus afins, da população em busca de trabalho, onde desde seu início tratou de excluir certas camadas da população de seus benefícios, segregando-os nas periferias urbanas.

Como consequência, dentre os problemas urbanos decorrido do nosso processo de urbanização, o alto déficit habitacional é um dos principais problemas e com maior peso. “O conceito de déficit não significa (apenas) falta de casas, mas sim más condições, o que inclui desde moradias precárias até aluguéis alto demais.” (BENEVIDES, 2014)

> Estima-se que, de 1960 a 1996, um total de 46 milhões de pessoas migraram de áreas rurais para as cidades de porte médio ou grande. Em 2007, cerca de 83,3% da população do país vivia em áreas urbanas, sendo que os residentes em domicílios com renda mensal de até 3 salários mínimos representavam 36,2% do déficit habitacional e cerca de 30% da demanda por serviços de infraestrutura. (BRASIL, 2009 A) As cidades não estavam preparadas para essa rápida expansão, devido a falta de oferta de serviços urbanos, como também os problemas de renda para obtê-los [...]. (PEHIS-PR, 2012,p.129)

A população migrante em busca de trabalho demanda moradias que são feitas às pressas e precariamente. A cidade cresce de forma desordenada, sem planejamento e em áreas inapropriadas, com concentração de ocupações irregulares.

O Estado passa a ter uma visão higienista e preconceituosa sob essa massa de trabalhadores pobres que vivem em aglomerados deteriorados e insalubres.[8] Vendo-se obrigado a intervir, através do provimento de saneamento e de regulamentações para construções.[9]

As leis sanitárias, nesse momento, foram muito bem aceitas, pois vía-se o risco à saúde pública, o modo de viver dos trabalhadores, e alguns países europeus também haviam promulgados leis sanitárias, servindo assim de exemplo.[10]

---

[8] Essa preocupação estatal se dá por causa dos riscos a saúde pública que as moradias precárias poderiam causar. Os cortiços e alojamentos, não eram considerados apenas sujos, como também imorais.

[9] Regulamento Sanitário Federal, DECRETO nº 163000/1923 que previa o policiamento sanitário a domicílios, ruas e fábricas, para o controle da propagação de doenças:
“Art 1º- a) prophylaxia geral e específica de doenças transmissíveis, e de outras evitáveis, e polícia sanitária dos domicílios, logares e logradouros publicos, fabricas, officinas, collegios, estabelecimentos commerciaes e industriaes, hospitaes, casas de saude, maternidade, mercados, hoteirs e restaurantes no Distrito Federal”. Maiores informações, ler na íntegra:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm>. Acesso em 25 de Março de 2020.

[10] “As intervenções na legislação da habitação mínima ligam-se, no seu início, a legislação de saúde pública inglesa, desde 1848. Essa lei permitia a intervenção estatal no tecido urbano [...] Na França, embates socialistas e católicos polemizaram as intervenções na moradia, até que uma epidemia de cólera em 1849 foi motivo determinante para a provação da lei em abril de 1850,

> A questão sanitária tornou-se [...] prioritária para o governo, justificando seu controle sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores.
> É evidente a intenção de eliminar os cortiços da área e , com isso, acelerar o processo de segregação por meio da intervenção pública. (BONDUKI, 1955, p.33)

A cidade passou ser fortemente vigiada pelos higienistas, através das novas leis que regulamentavam as visitas domiciliares, exames, inspeções e controle sanitário, que buscavam impor certos tipos de hábitos e comportamento, principalmente à população. Quanto aos planos de saneamento básico, verificou-se que a distribuição de água e esgoto teve maior eficácia no combate às doenças do que o policiamento sanitário, pois dentre as causas das doenças epidêmicas, a contaminação da água ocupava destaque.

Mas a questão da habitação, em relação à providência de moradias, passa a ser vista como um problema público que requer uma intervenção estatal, apenas no governo de Vargas[11]. BONDUKI (1998), enfatiza que nesse período havia apoio interno de vários setores para a intervenção pública na habitação, em vista da importância e do alastramento do problema. Assim como o apoio interno, o Brasil, assim como os demais países do continente americano, foram influenciados por políticas sociais de habitação ocorridas em alguns países europeus, o que ajudou na aceitação.

Nesse momento a resolução da questão da moradia é proposta através do facilitamento e incentivo à moradia própria, pois essa convergia com a estratégia de industrialização do país. A moradia própria representava o progresso material, econômico, social e político, assim como um alinhamento do trabalhador ao ideal burguês.

Surge, por conta disso, a necessidade de baratear os custos da produção de moradias assim como a expansão horizontal da cidade e a proliferação de

---

permitindo a intervenção e inclusive desapropriação de unidades habitacionais consideradas insalubres.
O movimento sanitarista exerceu forte influência nas políticas de saúde pública até o fim do século XIX, por meio de legislação e obras de engenharia." (PASTERNAK, Suzana, 2016)

[11] Getúlio Dornelles Vargas, esteve a cargo da presidência no Brasil em 3 períodos, de 1930 a 1937 o que compreendeu o período do Governo Provisório e consecutivamente o Constitucionalista, de 1937 a 1945 iniciando o Estado Novo, voltando em 1951 até 1954.

loteamentos. A solução encontrada foi a remoção desses trabalhadores dispostos a adquirir a casa própria para a zona rural (periferia da cidade).

BONDUKI (1998), menciona que houve rejeição por parte dos trabalhadores, pois viviam cerca da cidade, onde estava o seu local de trabalho. As cidades, neste momento não contavam com um bom provimento de transporte e na zona rural eram inexistentes. “Assim, a solução para o problema habitacional, baseada na expansão horizontal da cidade, exigia o equacionamento do serviço de transporte”. (BONDUKI, 1955, p.94)

Sendo assim, para solucionar o problema de habitação foi proposto “que o trabalhador teria de morar na zona rural ou periferia [...], em locais sem água encanada, sem coleta de esgoto, sem luz elétrica e apenas com o transporte coletivo capaz de levá-lo até o local de trabalho [...].” (BONDUKI, 1955, p.96)

Com o fim do governo de Vargas (1945), um fator importante em face dos problemas habitacionais foi atenuado, que nas palavras de Bunduki seria:

> O empenho governamental para enfrentar as resistências institucionais, burocráticas, políticas e de setores econômicos que seriam afetados. Forçado pela conjuntura, o governo Dutra criou a FCP (Fundação Casa Popular), que poderia ter desempenhado esse papel se tivesse conseguido impor-se aos interesses parcelados da burocracia estatal e conquistar o apoio dos setores da sociedade. Os governantes populistas subsequentes trataram a questão da moradia menos como uma política pública e mais como um instrumento fisiológico para assegurar apoio eleitoral aos partidos governistas. (BONDUKI, Nabil, 1998, p.125)

A criação da Fundação Casa Popular (FCP), deu-se através do Decreto Lei 9.218/46[12] sendo o primeiro órgão governamental na esfera nacional para habitação popular. “Art. 2º A Fundação destinar-se-á a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.”

> Pensada inicialmente para enfrentar os problemas habitacionais das faixas de população de baixa renda, a Fundação da Casa Popular passaria, com o Decreto-lei n.° 9.777, de 6 de setembro de 1946, 3 a ter possibilidade de atuar em áreas complementares que fariam dela um verdadeiro órgão de

[12] Para ler decreto na íntegra: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9218-1-maio-1946-417087-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de julho de 2019.

> política urbana lato sensu. Cabia-lhe, de conformidade com esse decreto, “financiar obras urbanísticas de abastecimento d'água, esgotos, suprimento de energia elétrica, assistência social e outras que visem à melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras[..]. (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, pg.2)

Dessa forma, na teoria, como primeiro órgão governamental de habitação a nível nacional, a FCP tinha como objetivo promover tanto a aquisição quanto a construção de moradias com o intuito de trazer melhorias para o bem-estar da classe trabalhadora. A FCP priorizava o financiamento para aquisições ou construções de moradias em três planos, descritos no Decreto Lei 9.218/46:

> Art. 6º A preferência para aquisição ou construção de moradia estabelecida entre os candidatos, na proporção seguinte:
> a) trabalhadores em atividades particulares;
> b) servidores públicos ou de autarquias;;
> c) outras pessoas.

No entanto, “o acesso à casa própria era, na prática, limitado. Restrições de informação, de prazo, de número de inscrições e de unidades oferecidas reduziam drasticamente as possibilidades de amplo atendimento”. (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, pg.10)

> Fruto do populismo da época, teve um direcionamento clientelista, financiado pelo estado. Porém a precariedade da FCP não lhe permitiu uma atuação mais arrojada para atender as demandas que o processo de urbanização provocado pela industrialização exigia. (PEHIS-PR, 2012,p.45-46)

Outro dado a se ater é da localização das casas do FCP onde “aparentemente, os critérios da localização espacial estavam em consonância com as necessidades habitacionais do país. Nos grandes centros a questão da moradia era provavelmente mais crítica” (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, pg.15), portanto foram dadas as preferências para os centros urbanos mais densos.

Com o passar do tempo, a situação do setor habitacional não tem melhoras, SOUZA (2005) comenta que:

> A situação do setor habitacional brasileiro era das mais graves. Em 1956 o governo reconheceu publicamente através de mensagem enviada ao Congresso que o crescimento demográfico em ritmo superior ao da construção de moradias levaria a um déficit de mais de 100 mil habitações

> anualmente o déficit já existente de 2,5 milhões de casas. Esses dados eram estatísticos já que o governo não dispunha de informações baseadas em levantamentos de dados à época. O diagnóstico era de que as condições peculiares às diferentes regiões do Brasil, o desnível econômico, e a ação descoordenadora dos vários órgãos com atribuições pertinentes ao problema habitacional, vinham impedindo a obtenção de casas. (SOUZA, 2005, pg.31)

Verifica-se que, nunca houve de fato um enfrentamento radical do problema de habitação. O crescimento demográfico se sobrepunha a capacidade das construções de moradia o que levou a questão a ser reconhecida como problema, inclusive reconhecida como um problema público que demandava a intervenção do Estado, mas para que o Estado atuasse de forma efetiva, era necessário manobrar os interesses de vários setores da sociedade. Este foi um dos pontos que levou ao fracasso os intentos.

Nos anos seguintes, durante a ditadura militar, o problema da habitação teve um momento de visibilidade, nesse momento “a habitação como eixo da política urbana incentivou a indústria da construção civil e retomou o crescimento econômico” (PEHIS-PR, 2012,p.46). Foi criado então pelo governo federal o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através da lei nº 4.380/1964, que apresenta em seu 1º Artigo:

> **Art. 1**° O Govêrno Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interêsse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

O objetivo era possibilitar a aquisição da casa própria para a população de baixa renda. SANTOS (1999), aponta que o SFH foi um sistema muito importante, que é possível ver seus vestígios na discussão na política de habitação até os dias de hoje.

> Em 1964 foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o mais ambicioso programa governamental para o setor habitacional jamais feito no Brasil, o qual financiou mais de seis milhões de novas habitações em seus mais de trinta anos de existência. A experiência dos erros e acertos do SFH até hoje repercute na discussão acerca da questão habitacional brasileira, de modo que a análise de seu desenho e

> de sua evolução constitui-se em insumo fundamental para o entendimento do debate atual acerca do tema.[...]. (SANTOS, Cláudio Hamilton M., 1999, pg.7)

Ainda conforme o SANTOS (1999), a criação do SFH, surgiu como um combate ao problema no setor habitacional no Brasil que, anteriormente a sua implementação, era considerado preocupante. Ou seja, durante a ditadura militar foi percebido o quão grave era a situação em que se encontrava o setor habitacional brasileiro.

Frente ao cenário, a solução vista foi a criação de “um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais [...]”. (SANTOS, 1999, pg. 10) O SFH, contava com duas formas de arrecadação de recursos:

> As fontes de recursos do SFH eram basicamente duas: (i) a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), isto é, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; e (ii) a partir de 1967, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerado a partir de contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia [...]. (SANTOS, 1999, pg.10)

Ambas as fontes captavam os recursos e os direcionavam para o crédito imobiliário. Se diferenciavam na medida em que o SBPE “serviam para financiar investimentos habitacionais propostos por empreendedores ou construtoras [...]” voltando-se para o atendimento das necessidades das classes média e alta.

Por outro lado, o FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, era “totalmente gerida pelo BNH (Banco Nacional da Habitação), era destinada ‘prioritariamente à construção de casas de interesse social (conjuntos populares e cooperativas)”. (Azevedo,1995 apud SANTOS, 1999, pg.11)

Em relação ao desempenho do SFH, contrariando o seu objetivo de atender a população de menor renda, SANTOS (1999), afirma que:

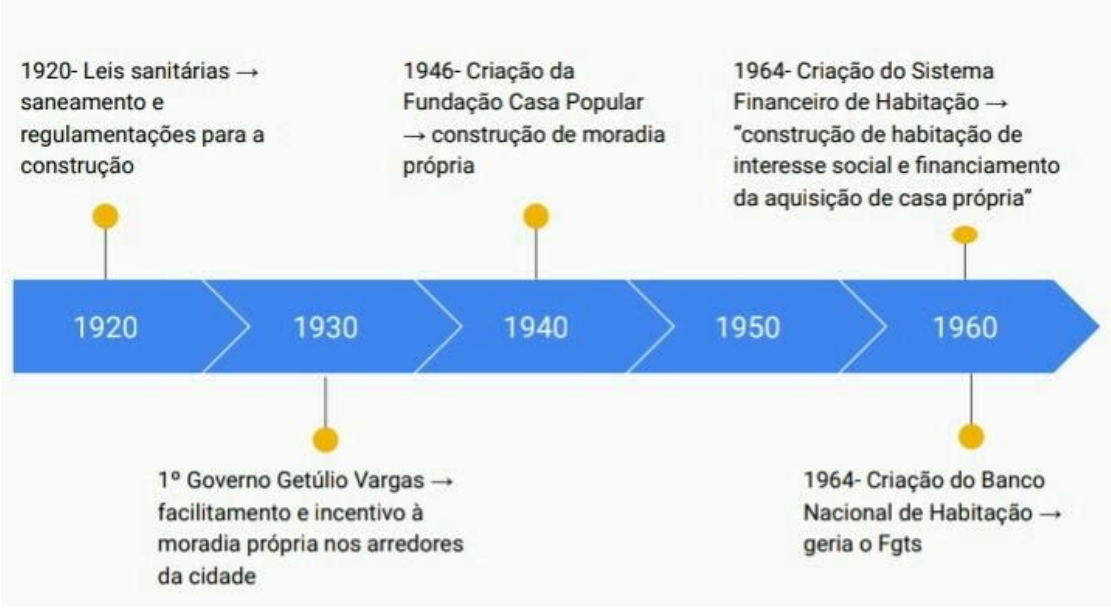
> É praticamente consensual na literatura a visão de que o SFH apresentou desempenho bastante significativo ao longo do regime militar, quando financiou algo em torno de 400 mil unidades habitacionais anuais no seu período de auge (entre 1976 e 1982 [...]). No entanto, o sistema foi incapaz de atender às populações de baixa renda. Com efeito, somente 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de

> interesse social e, dado que o valor médio dos financiamentos de interesse social é inferior ao valor médio dos financiamentos para as classes de renda mais elevada, é lícito supor que uma parcela ainda menor do valor total dos financiamentos foi direcionada para os primeiros.(SANTOS, Cláudio Hamilton M.1999 pg. 17)

Novamente o que se observa é um distanciamento do objetivo proposto pela política, na medida em que o sistema passa a financiar prioritariamente as classes mais elevadas, tanto na questão de quantidades de unidades quanto no valor dos financiamentos.

De forma a resumir os períodos trabalhados anteriormente, o diagrama a seguir apresenta em síntese os principais ocorridos durante as décadas de 1920 a 1960.

DIAGRAMA 1 - Linha temporal de políticas de habitação, 1920 a 1964, esfera federal.



Elaboração própria. 2020.

Em relação à política urbana geral, de 1964 a 1972, a habitação foi o eixo central da política urbana como forma de reprimir os movimentos populares e assegurar a legitimidade da ditadura militar. (PEHIS-PR, 2012)

> A ação do Estado (enquanto poder público), interferiu na paisagem das cidades. Se a arquitetura de uma cidade traduz a história de seu povo, seus traços culturais e de seu desenvolvimento, a história das cidades brasileiras ficou marcada por um traço extremamente massificante e

> imediatista - O “projeto de baixo custo”, ou seja, grandes conjuntos com unidades padronizadas, extremamentes adensadas, distantes da malha urbana, sem estrutura suficiente, com paisagens áridas, implantados sem considerar o planejamento urbano, o passado e o presente cultural da cidade/região, formando guetos - os conhecidos conjuntos do BNH. (PEHIS-PR, 2012,p.46-47)

Durante o governo de transição, em 1985, com José Sarney na presidência, no que tange à política de habitação foram pensadas várias medidas que não foram bem vistas:

> A despeito de ter tomado posse com um discurso de renovação e de ênfase na política urbana, inclusive com a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) e a formação de comissões de alto nível para discutir a política urbana em geral e a política habitacional em particular, parece consensual na literatura que o novo governo tomou uma série de medidas que vieram a prejudicar sensivelmente o desempenho da área habitacional. (SANTOS, 1999, pg.18)

Sarney comprometido em resolver o problema tomou uma medida que acabou se mostrando ineficaz, foram concedidos, em 1985, altos subsídios aos mutuários[13] do sistema. (BOTEGA, 2007)

SANTOS (1999) aponta que o setor habitacional sofreu também profunda crise institucional, a partir da extinção do BNH (1986), o banco foi incorporado à Caixa Econômica Federal, que não possuía tradição anterior em administrar programas habitacionais. A Caixa Econômica Federal tinha a questão habitacional como apenas parte de seus interesses, enquanto o BNH possuía uma equipe qualificada e tomava as questões habitacionais como sua principal atividade.

O que se seguiu após o fim do BHN (1986), foi uma série de acontecimentos que causaram desarranjos institucionais, pois:

---

[13] Mutuário é aquele que por acordo mútuo, realiza um empréstimo como banco para aquisição de um bem.
“Com os subsídios aos mutuários concedidos em 1985, e com o Plano Cruzado (...) lançou-se no FCVS um rombo que ninguém conhece ao certo, mas que é estimado na faixa de 20 a 30 bilhões de dólares. O resultado de toda essa pseudo-generosidade é bem conhecido. Os mutuários do SFH pagam prestações irrisórias, na faixa de 5% a 10% dos aluguéis correspondentes. Como resultado, essas prestações nem cobrem os juros dos saldos devedores existentes. Isso significa que o sistema não consegue retorno de caixa que lhe permita conceder novos financiamentos em volume expressivo”. (Simonsen, 1991, p.27e 28)

> Em um período de apenas quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), criado em 1985, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e, finalmente, foi extinto em 1989, quando a questão urbana voltou a ser atribuição do Ministério do Interior (ao qual o BNH era formalmente ligado). As atribuições na área habitacional do governo, antes praticamente concentradas no BNH, foram pulverizadas por vários órgãos federais, como o Banco Central (que passou a ser o órgão normativo e fiscalizador do SBPE), a Caixa Econômica Federal (gestora do FGTS e agente financeiro do SFH), o ministério urbano do momento (formalmente responsável pela política habitacional) e a então chamada Secretaria Especial de Ação Comunitária, a responsável pela gestão dos programas habitacionais alternativos. (SANTOS, 1999, pg. 19)

O período de 1985 a 1989 foi caracterizado pelo aprofundamento da crise habitacional. SANTOS (1999) afirma que ao longo dos anos, o saldo atuarial do SFH passou por uma grande turbulência e com a extinção do BNH, o setor imobiliário caiu em uma grande crise institucional.

Com a intensificação da crise, percebe-se a concentração de renda e o aumento do preço das casas, essas, agora, construídas longe das estruturas urbanas com tamanho e qualidade diminuídos. (PEHIS-PR, 2012,p.48)

Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição da Republica, a moradia foi incorporada como um direito social, portanto no Art. 6º fica definido como “ direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Conforme a Agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2018):

> O ideal de moradia adequada para todos os brasileiros foi a motivação que envolveu a inclusão desse direito na Constituição Federal de 1988, que comemorou 30 anos em outubro. O reconhecimento impulsionou políticas de habitação e urbanização no país, mas ainda falta uma solução para o déficit de residências e para a desigualdade regional no acesso aos serviços essenciais domiciliares.[...] Segundo Vanessa [técnica e pesquisadora do IPEA], o que fica claro é que houve evolução por meio dos programas públicos nas últimas décadas, embora eles não tenham sido planejados e executados de forma a respeitar inteiramente o direito a uma moradia de boa qualidade.[14]

[14] Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23062-acesso-a-servicos-urbanos-nao-acompanha-avanco-de-politicas-publicas-de-moradia> Acesso em

Com o fim do governo Sarney, em 1990, Fernando Collor assume, governando por apenas dois anos[15]. Durante o governo de Fernando Collor, as políticas habitacionais foram feitas de formas superficiais tendo como exemplo a facilitação da quitação dos imóveis e a alteração o mecanismo de correção das parcelas (SANTOS 1999), foi apontado também o abuso de recursos públicos nos programas.

De acordo com SANTOS (1999), por meio do Ministério da Ação Social, foi instituído o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) onde estipulava a construção, em caráter emergencial, de 245 mil unidades habitacionais em 180 dias. Os resultados mostram que houve descumprimento de várias metas estabelecidas, como o prazo estimado que foi alongado por mais de um ano, com custos mais altos do que o estabelecido e menos unidades foram construídas. Foi apontado também clientelismo na alocação dos recursos, beneficiando alguns estados.

Após esse momento problemático que não apontava somente essas falhas como também a qualidade das habitações concluídas não foram controladas e houve irresponsabilidade na gestão das fontes de recursos desses programas, principalmente o FGTS (SANTOS, 1999). Collor é impedido, assumindo o governo, Itamar Franco (1992 à 1995), que proporcionou algumas mudanças na política de habitação, como a participação de conselhos que ocasionou o aumento da transparência e do controle social.

SANTOS (1999) declara que surge nesse período algumas mudanças significativas para a área de políticas públicas no setor habitacional popular, que foram o controle social e a transparência da gestão pois passaram a exigir a participação de conselhos com presença da comunidade e prestação de contas aos investimentos da União

---

11 de junho de 2019.

[15] Fernando Collor governou de 1990 a 1992, quando renunciou seu cargo, o mesmo estava passando por um processo de impeachment, devido a acusações de corrupção.
O ex-presidente Collor foi julgado e condenado pelo crime de responsabilidade, sendo o tratamento judicial de corrupção e improbidade administrativa. (MIRANDA, 2014)
Para definição e sanções aplicáveis aos atos de improbidade, consular Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992.

O governo de Itamar Franco propôs um modelo de política habitacional baseado em quatro premissas, que iam desde atender prioritariamente os setores de baixa renda, assim como os governos anteriores propuseram, até reconhecer a incapacidade do Estado de resolver sozinho os problemas relacionados à habitação.

O que trouxe de novidade foi a ideia de aumento do controle social assim como a transparência sobre os programas e o atendimento à população que não atuava formalmente no mercado de trabalho. Como é evidenciado a seguir:

> o modelo proposto pelo atual governo tem quatro premissas básicas: (i) a focalização das políticas públicas voltadas para a área habitacional no atendimento das camadas populacionais de baixa renda, que [...]concentram cerca de 85% do déficit habitacional brasileiro; (ii) a necessidade de descentralizar e aumentar o controle social sobre a gestão dos programas federais de habitação; (iii) o reconhecimento, por parte do governo, de sua incapacidade de resolver sozinho o problema habitacional do país e da necessidade de tentar melhorar o funcionamento do mercado de moradias no Brasil; e (iv) o reconhecimento de que as políticas públicas não devem negligenciar a grande parcela da população de baixa renda do país que trabalha no setor informal da economia e/ou habita moradias informais. (SANTOS, 1999, pg. 22)

O governo de Fernando Henrique Cardoso, que iniciou em 1995, foi marcado por uma nova política habitacional, “o governo FHC faz um diagnóstico da situação da habitação no Brasil, e aponta a má distribuição da renda nacional e a inadequação dos programas habitacionais como os principais responsáveis pelo déficit de moradias que aflige o país”. (SOUZA, 2005, pg.72)

Quanto aos programas apresentados durante o governo FHC como: Pró-moradia, Habitar Brasil, Carta de crédito individual associativa e o Apoio à produção, MOREIRA e LEME (2010) relata que nenhum desses programas conseguiu apresentar a repercussão esperada. MOREIRA e LEME (2010) apontam as principais contribuições no setor habitacional no governo FHC apresentadas por:

> Os principais pontos de relevância do governo FHC no que se trata à moradia são os seguintes: o reconhecimento da cidade ilegal e a extensão dos direitos e da cidadania; o conceito de déficit que incorporou áreas ocupadas precariamente; a descentralização dos programas, porém sem uma legítima e fundada articulação entre os

mesmos[...]" (MOREIRA e LEME, 2010, pg.11)

Foi durante o segundo mandato do governo FHC que o Estatuto da Cidade foi aprovado através da LEI Nº 10.257/2001.[16] O Estatuto da cidade "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental." (BRASIL, 1988, LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001)

No primeiro mandato do governo Lula, em 2003, surge então, o Ministério das Cidades representando "o reconhecimento do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que os imensos desafios urbanos do país precisam ser encarados como política de Estado[17]". (Ministério das Cidades, 2004, pg.3) SANTOS (1999) afirma que o Ministério das Cidades passou a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. A Política de Habitação faz parte do conceito de desenvolvimento urbano abrangente, na qual "a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade". (Ministério das Cidades, 2004, pg.12)

Não tem como falar em política de habitação, sem mencionar a mais reconhecida herança da época lulista, o programa Minha Casa Minha Vida. O Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009, através da Lei Nº 11.977/2009, regulamentado pelo Decreto Nº 7.499/2011 e alterado um ano depois pelo Decreto Nº 7.795/2012, durante o segundo mandato de Lula.

Inicialmente "o programa, na área urbana, [foi] dividido por três faixas de renda mensal: até R$ 1.600 (faixa 1), até R$ 3.100 (faixa 2) e até R$ 5 mil (faixa 3)" (Secretaria de Governo, Presidência da República). Atualmente existe quatro faixas de beneficiários na área urbana, renda até R$ 1.800 (faixa 1), renda até R$

[16] Para ler na íntegra: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 15 de julho de 2019.

[17] Políticas de governo: são políticas públicas referentes a um projeto de um determinado governo, podendo ser descontinuada com a alternância do poder.
Políticas de Estado: são políticas públicas de longo prazo, que se mantém mesmo com a alternância do poder.

2.600 (faixa 1,5), renda até R$ 4.000 (faixa 2) e renda até R$ 7.000 (faixa 3).

O programa visa reduzir o déficit habitacional brasileiro e fornecer garantia de patrimônio para as próximas gerações dessas famílias.[18]" (Secretaria de Governo, Presidência da República, 2009)

Apesar de ter alcançado maiores feitos em relação a todos os demais programas de habitação no Brasil e em menor tempo (10 anos), ter movimentado a indústria da construção civil, gerando muitos empregos por todo o país e benefícios como o juros menor, assim como os subsídio às famílias mais pobres, o MCMV, sofreu várias críticas por ser atrelado ao governo petista de Lula.

O ponto é que existe algumas disfunções no programa, como a localização das moradias, apontado pelo TCU, onde afirmou que "grande parte dos empreendimentos é construído em áreas periféricas dentro de zonas urbanas não consolidadas e poucos conectadas à malha urbana. (TCU, 2014) A causa disso foi apontada como a política de mercado de terras, onde as construtoras buscam os terrenos mais baratos esses geralmente são localizados em áreas periféricas. (TCU, 2014)

Isso gera, de acordo com LOJKINE (1981), uma segregação econômica e social quase automática. Ele distingue três tipos de segregação urbana.

A primeira está diretamente relacionada ao preço do solo, onde a renda é o determinante para a localização, ou seja, quanto mais ao centro mais caro será o preço do solo. A segunda, refere-se às zonas de moradias que são destinadas a classes sociais específicas, ficando clara a distinção de regiões das classes mais altas assim como das moradias populares. A terceira é um zoneamento do espaço, dividindo-o conforme suas funções, dessa forma, percebemos no espaço zonas específicas para trabalho, lazer e moradia.

LOJKINE (1981), afirma que "o que constitui talvez a mais forte segregação social [é] a localização da habitação", pois ela ocasiona o acesso desigual dos meios de capital produtivo e circulante. Em outras palavras, a distância da moradia ao centro comercial ou produtivo (indústria) dificulta o seu acesso a eles.

---

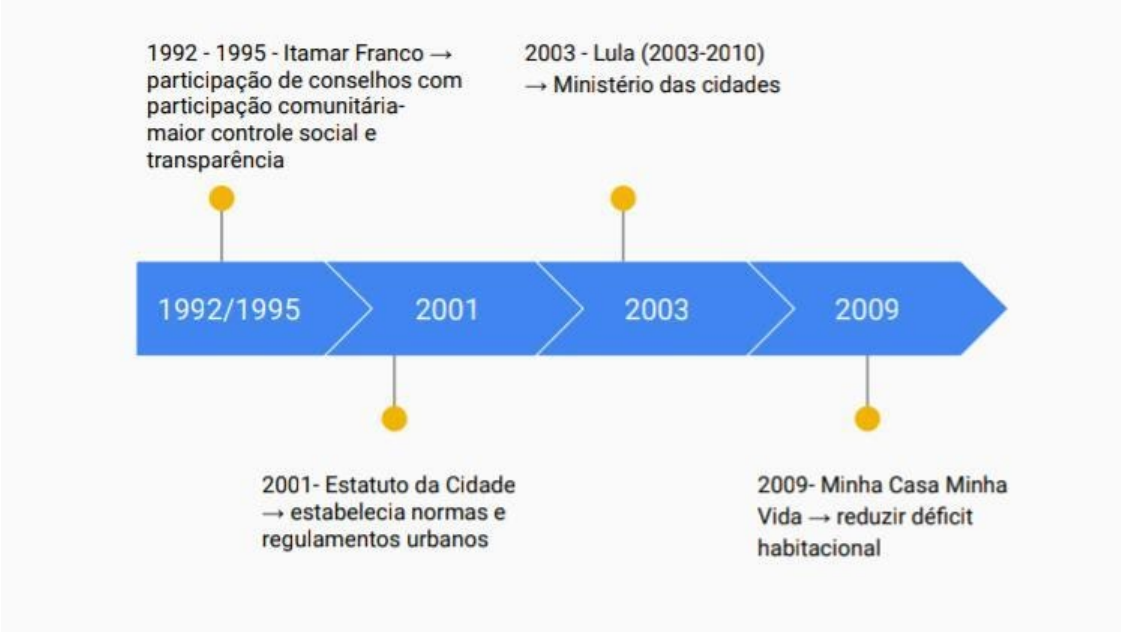
[18] Para maiores informações, ler:<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/minha-casa-minha-vida>. Acesso em 18 de Julho de 2019.

Os diagramas a seguir tem por objetivo recopilar os fatos ocorridos, de forma simples e sintetizada, já tratados no texto, desde 1985 até meados de 2009.

DIAGRAMA 2-Linha temporal de políticas de habitação, 1985 a 1990, esfera federal.

Elaboração própria. 2020.

DIAGRAMA 3- Linha temporal de políticas de habitação, 1992 a 2009, esfera federal.



Elaboração própria. 2020.

No ano de 2018, o então eleito a presidência da república, Jair M. Bolsonaro anunciou que o Ministério das cidades seria extinto, a extinção ocorreu no dia de posse, 1 de Janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória n° 870[19].

Foi então fundido o antigo Ministério das Cidades com o Ministério da Integração Nacional, tornando-se assim o atual Ministério do Desenvolvimento Regional, com a atuação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação, Mobilidade e Serviços Urbanos, Proteção e Defesa Civil, Saneamento e Segurança Hídrica. O Decreto n° 9.666, publicado em 2 de janeiro de 2019 regulamenta o Ministério do Desenvolvimento Regional[20]

Outra tentativa de mudança proposta pelo recente governo, é a mudança do MCMV para o nome de “Casa Brasileira”, através de uma ideia de programa mais amplo, que segundo o economista Carlos Alexandre da Costa, membro da equipe de economia do Ministro da Economia Paulo Guedes, “é diferente do

[19] Maiores informações: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em 15 de Julho de 2019.
[20] Para maiores informações, acesse:<http://www.cidades.gov.br/>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

programa do PT, é mais amplo. Não queremos dar só casa. Acho que a pessoa tem que ter direito a moradia, urbanização e segurança” (Estadão, 19 de Outubro de 2018)

O ex-ministro do Ministério do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, revelou ter encontrado falhas no MCMV, e, devido a isso, seria necessário algumas reformas no programa, que não concederiam mais a posse de moradia para as faixas 1 e 1,5 e sim um aluguel a um valor simbólico. “Um dos principais problemas é a comercialização irregular de casas.[...] O plano de “locação social” pensado pelo ministério surgiu para atacar essa falha.” (Revista Exame, 24 de Maio de 2019)

Apenas terão o direito a posse da moradia, famílias que foram realojadas por habitarem áreas de risco, por obras do governo ou calamidade.

> A forma como o governo vai subsidiar a construção dos empreendimentos no Minha Casa Minha Vida também vai mudar. A proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é que terrenos e imóveis que pertençam a prefeituras, Estados e União sejam doados a construtoras que, em contrapartida, se comprometam a erguer condomínios do programa. (Revista Exame, 24 de Maio de 2019)

As discussões sobre o assunto não contaram com a presença de empresários do setor, o que causou certa revolta por parte de representantes da construção civil.

O ministro do Desenvolvimento Regional, em vista de apaziguar a situação declarou ao presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC, que não era necessária as precipitações tomadas pelo setor e que “um programa de mais de 10 anos não se muda de forma açodada, e sem a participação do setor.” (Revista Exame, 27 de Maio de 2019)

Considerando todos os aspectos analisados das políticas habitacionais no Brasil que seguiu desde a Era Vargas até o momento atual, percebe-se que cada vez acentuou-se o crescimento demográfico e junto a ele várias tentativas de políticas públicas para combater o déficit habitacional, em grande parte de forma limitada e problemática.

Como mencionado anteriormente, a existência da política de habitação

depende do interesse de autoridades capazes e responsáveis por ela.

Seguindo o esquema de ciclo de políticas públicas, compreendemos que a primeira fase refere-se a agenda governamental e essa representa os principais interesses do governo, ou seja, o que no momento é considerado prioritário ou de mais urgência. E para que esse problema entre na agenda, ele deve ter a dimensão de problemático para a sociedade e despertar o interesse do governo.

No próximo capítulo observaremos como se desenvolveu a urbanização de Foz do iguaçu e o que foi pensado para resolver os problemas habitacionais locais.

3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU

3.1 URBANIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU

A emancipação da Vila Iguassú se deu através da Lei Estadual nº 1.383/1914, em 14 de março daquele ano. Denominando-se Foz do Iguaçu apenas em 1918.

Na a Enciclopédia dos Municípios de 1959, é esclarecido que o nome da cidade tem origem na língua Guarani, “Yg (água), Açu (grande), portanto ‘Yguaçu’ (rio grande). Por estar situado em confluência dos rios Iguaçu e Paraná, recebeu o nome que conserva até nossos dias de Foz do Iguaçu.

Três décadas antes do Município ser denominado Foz do Iguaçu, a região era habitada quase que exclusivamente pelos Caingangues. FERREIRA (1954) relata que em julho de 1888 a Colônia Militar do Iguaçu se instalou na cidade, iniciando assim uma “povoação efetiva”. A fundação oficial ocorreu no ano posterior, no ano de 1889.

Conforme a Enciclopédia dos municípios de 1959, a região de Foz do Iguaçu era composta em sua maioria por paraguaios, que representavam cerca de 58 % da população, 28% eram brasileiros, 10% argentinos, e os outros 3% compostos por franceses, uruguaios, espanhóis e ingleses, totalizando 324 pessoas, anos mais tarde, em 1950, 3000 pessoas habitavam a cidade.

A economia local, nesse período girava em torno da extração de madeira e o cultivo da erva mate, esse ciclo econômico perpassa 100 anos, de 1870 até 1970.

Quadro 1- Ciclo econômico, Foz do Iguaçu

Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos		
Período	Ciclo econômico	Acréscimo Populacional
1870/1970	Extração da madeira e cultivo da erva mate	33.966
1970/1980	Construção da Usina de Itaipu	102.355
1980/1995	Exportação e turismo de compras	74.861
1995/2008	Comércio, turismo de compras e eventos	108.007

Fonte: PMFI, 2011

Quanto às emancipações e delimitações ocorridas:

> Nos quadros de apuração do recenseamento geral de [...]1920, o município é constituído de 3 distritos. Foz do Iguassu, Artaza e Guaíra.
>
> Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.
>
> Em divisões territoriais datadas de [...]1936 e [...] 1937, o município é constituído de 2 distritos: Foz do Iguaçu e Guaíra.
>
> Pelo Decreto-lei Estadual n.º 7.573, de 20-10-1938, o distrito de Guaíra foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Foz do Iguaçu. Sob a mesma lei é criado o distrito de Cascavel.
>
> No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Foz do Iguaçu e Cascavel.
>
> Pela Lei Estadual n.º 790, de 14-11-1951, desmembra do município Foz do Iguaçu o distrito de Cascavel. Elevado à categoria de município.[21]

O que se percebe é que o município passou por diversas modificações demográficas em relação ao seu tamanho, diminuindo com o tempo devido aos inúmeros desmembramentos.

O desenvolvimento da cidade se deu a partir de vários fatores como a criação do Parque Nacional do Iguaçu, a Ponte da Amizade, construção da

[21] IBGE-Cidades.Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/historico>. Acesso em 28 de junho de 2019.

BR-277, inauguração do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e a construção da Itaipu Binacional.[22]

Dois anos após a fundação da cidade, em 1916, com a passagem de Alberto Santos Dumont o Parque Nacional de Iguaçu passa a ser considerado um patrimônio público, porém somente em 1939 com o decreto-lei de nº 1035/1939 foi instalado sob proteção e cuidados especiais do Estado. O Parque Nacional foi responsável pelo estímulo do turismo na cidade. A população, de 1920 para 1940, aumentou de 6430 para 7645 (PDDIS[23]., 2016).

Portanto, o município ainda era uma cidade de porte pequeno, com todas as características de tal, com poucas ruas onde a maioria, senão todas neste momento, não eram asfaltadas. CATTA (2009, pg.65), afirma que a cidade na metade dos anos 60, era uma "típica cidade do interior brasileiro, com poucas ruas asfaltadas, poucas áreas urbanizadas e de pequena população".

Ao citar o Plano Diretor de Desenvolvimento ao Turismo- PDDT, CATTA (2009) , afirma que, em relação a habitação, "O Plano Diretor mencionava que a 'ocupação é totalmente desordenada no que se refere a padrões de habitação', despontando dispersas, casas de madeira que marcavam o ambiente tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas [...]." (CATTA, 2009, pg. 60)

---

[22]Para entender este recorte histórico é necessário voltar ao tempo antes mesmo da fundação da cidade. Foz do iguaçu, inicialmente era uma colônia militar, tornando-se um município até então denominado por Vila Iguaçu, onde o cargo da prefeitura ficou intercalando entre militar e civil até meados dos anos 70. O atraso de econômico de Foz era atrelado a isso, pois em períodos em que os militares governavam não se via interesse em desenvolvimento econômico-social da cidade. Foz do Iguaçu em sua história enfrentou grandes desafios em seu desenvolvimento, com picos e baixos no seu crescimento socioeconômico, o período de 1914 a 1963 oscilou entre governo militar e governo de civis, entre a alternância de governos percebe-se uma recessão nas eras militares e crescimento na administração de civis locais.
Disponível em: LIMA, Perci,**Foz do Iguaçu e sua história.** 2001.

[23] O Plano Diretor é um instrumento que regula o desenvolvimento e a expansão urbana, outorgado aos municípios pela Constituição Federal de 1988.
O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDRIS/FOZ, instituído pela Lei Complementar Nº 271, de julho de 2017 em seu artigo 22, objetiva:

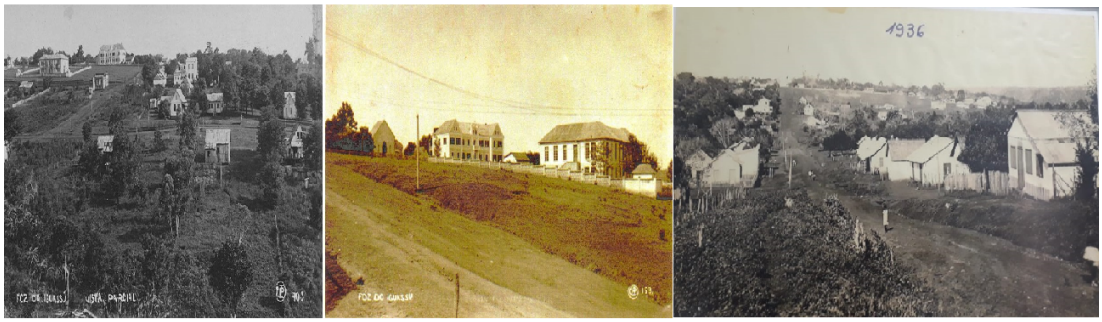
IV - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e da produção e ocupação do espaço;

V - garantir o acesso à habitação, priorizando a população de baixa renda, principalmente as que se encontram em áreas classificadas como de risco, estimulando os mercados acessíveis aos segmentos desta faixa de população.

Para tornar mais clara essa afirmação, exibiremos algumas imagens que possibilitam uma melhor compreensão do desenvolvimento do espaço urbano do município.

Nas primeiras décadas do XIX, não houve crescimento muito expressivo. Através das imagens abaixo, datadas da década de 1930, todas referentes a área central, especificamente as atuais Avenida Jorge Schimmelpfeng e Avenida Brasil, podemos confirmar as palavras de CATTA (2009), que mesmo na área central, as principais ruas eram simples estradas de chão, estreitas e não havia muitas casas.

FOTOGRAFIA 1- Foz do Iguaçu, década de 30



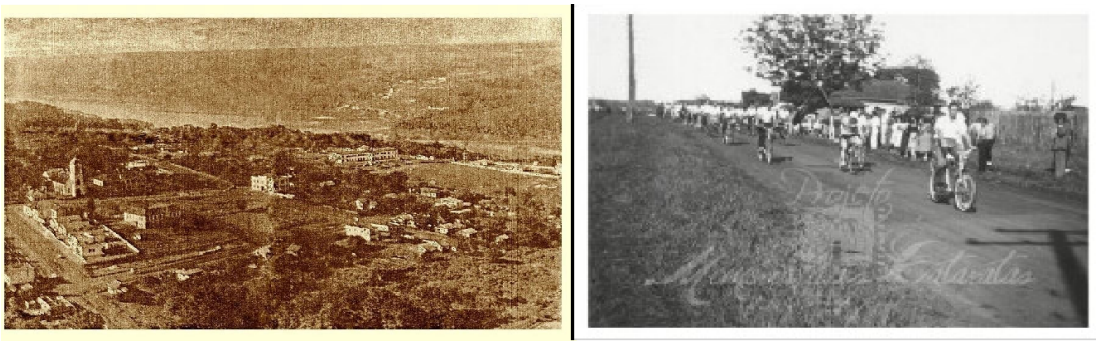
Fontes: As duas primeiras imagens pertencem ao acervo municipal e a última a Fundação Cultural (2019). Da esquerda para a direita: a) Região central. É possível identificar a casa paroquial no canto superior, assim como o primeiro prédio do Grupo Educacional Bartolomeu Mitre; b) Foto do cruzamento da Avenida Brasil com rua Jorge Schimmelpfeng; e c) Foto da Avenida Brasil.

As imagens mostram a centralidade do município, todas representam a Avenida Brasil, que foi a primeira rua da cidade, anteriormente conhecida como rua Botafogo, recebendo o atual nome apenas na década de 50. “Por aqui surgiu a primeira padaria, o primeiro Hotel, o primeiro cinema, o primeiro açougue, a primeira alfaiataria, enfim, a cidade nasceu onde hoje é conhecido como avenida Brasil”. (Master Gluck, 2018, pg. 102)

Percebe-se uma pequena mudança na década de 50, a cidade parece mais organizada estruturalmente, mas não cresceu em tamanho populacional, as imagens abaixo, referente, aos anos 50, retratam a região central, nela podemos

ver a rua Jorge Schimmelpfeng[24], Avenida Brasil e rua Juscelino Kubitschek

FOTOGRAFIA 2- Foz do Iguaçu, década de 50



Fonte: acervo municipal e Projeto memória das Cataratas, respectivamente. Da esquerda para a direita: a) Foto da Avenida Brasil, no cano esquerdo, cruzando com a rua Jorge Schimmelpfeng, onde é possível identificar a Igreja São João Batista no canto superior esquerdo, no centro da imagem podemos identificar a Prefeitura localizada na rua JK; b) Foto da Avenida Jorge Schimmelpfeng.

As imagens a seguir mostram o desenvolvimento da cidade em um período de dez anos, ambas fotografias foram tiradas na Avenida Brasil (nesse período não existe a Avenida Juscelino Kubitschek , uma importante via de Foz de Iguaçu, naquela época ela era apenas a rua JK, ela se tornando avenida JK somente com a chegada de Itaipu), a primeira na década de 60 (com duas pistas) e a segunda na década de 70 (com apenas uma direção).

Esse é o momento onde podemos perceber de forma mais significativa as mudanças: o “[...] asfalto chegou à avenida somente na década de 60”. (Master Gluck Ltda, 2018, pg. 103) Existe uma grande semelhança na segunda imagem com o que nos conhecemos da atual Avenida Brasil.

[24] Para saber mais sobre o Projeto Memória das Cataratas, ler<https://projetomemoriadascataratas.wordpress.com/>. Acesso em 28 de junho de 2019.
Na primeira imagem é possível reconhecer alguns principais edifícios como a Igreja São João Batista e a Prefeitura.

FOTOGRAFIA 3- Foz do Iguaçu, décadas de 60 e 70

Fonte: Fundação Cultural e acervo municipal, respectivamente. Da esquerda para a direita: a) Foto da Avenida JK, na década de 60, quando ainda havia duas pistas; b) Foto da Avenida Brasil, década de 70.

A maior urbanização da cidade se deu a partir dos anos 1960 e teve relação com três fatores, que causaram tanto um crescimento populacional, bem como uma significativa melhoria das condições econômicas da cidade: i) a construção da Ponte da Amizade (1959-1965); ii) a conclusão da Rodovia BR-277 (1969) e iii) a construção da usina hidrelétrica de Itaipu (1975-1982).

A Ponte da Amizade teve início de sua obra nos anos 1959 e inaugurada em 1965, permitiu o comércio entre o Brasil e o Paraguai, mais especificamente com Ciudad Del Este.

Esta obra favoreceu o comércio entre os países e o aumento populacional devido a migrações. Pode-se afirmar que houve um processo de migração e “esse processo de migração estava ligado às novas dinâmicas comerciais da cidade, estimuladas pela inauguração, em 1965, da Ponte da Amizade [...]”. (SOUZA, 2011, pg.117) Na década de 50, a cidade tinha um total de 16.412 moradores, passando para 28.080 em 1960. (PDDIS, 2016)

Em 1969, houve a conclusão da obra da BR-277, possibilitando o deslocamento para outras cidades, causando maior circulação de pessoas entre os municípios. A ideia da BR era estratégica, pois permitiria uma melhor comunicação com o resto do estado e do país. Antes da construção da BR 277, a estrada de entrada/saída da cidade era a velha estrada de Guarapuava, que era quase toda de terra.

Alguns anos depois, em 1974, foi inaugurado o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Ambas construções permitiram e facilitaram o turismo por via terrestre e aérea.

Em 26 de abril de 1973, foi confirmado um Tratado entre Brasil e Paraguai, denominado Tratado de Itaipu, para aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná.

Após o tratado, ocorreu a construção da Itaipu Binacional (Brasil- Paraguai) que deu início em 1º de janeiro de 1975 causando mudanças significativas tanto na questão populacional quanto econômicas em toda a região. Conforme a Prefeitura de Foz do Iguaçu (2013):

> "Em 1960, o Município contava com 28.080 habitantes e 33.970 em 1970. Na década de 70 houve uma explosão demográfica que promoveu um aumento populacional na ordem 401,3% em relação à população existente. Tal fato foi constatado quando o IBGE promoveu o censo de 1980 e registrou uma população existente de 136.320 pessoas (aumento de 102.350 habitantes)."

A Usina de Itaipu teve uma enorme importância para a urbanização local, trazendo indivíduos de outras cidades para trabalhar e consequentemente acabaram se acomodando no município e aumentando o nível populacional. Segundo a Prefeitura de Foz do Iguaçu (2013):

> "[...] A partir dessa década, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ocorreu uma explosão demográfica. O canteiro de obras situado no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, compostos de técnicos e barrageiros[25] (em sua maioria) vindos de todo o país, para construir a usina, que chegou a ser considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. O quadro de evolução do número de habitantes em Foz do Iguaçu indica que no período de 1970 a 2007, houve acentuado incremento populacional. Ao final da década seguinte (1980), o município já contava com mais de 150.000 habitantes, totalizando atualmente 256.081 mil habitantes."

[25] Trabalhadores da construção de barragens: pedreiros, carpinteiros, empreiteiros de obra, seguranças, etc.

Com a construção da Usina de Itaipu, foi viabilizado na cidade inúmeras modernizações, o ambiente sendo modificado, principalmente as edificações que ganharam aspectos mais modernos para a época. Em função disso, CATTA (2009), ressalta que:

> Aos poucos, a partir dos anos 70, com o processo de modernização da cidade, começaram a desaparecer rapidamente, na área central, as edificações de madeira, dando lugar a edifícios de alvenaria, muitos dos quais tiveram, também, vida efêmera, pois foram sendo destruídos para dar lugar aos prédios modernos da “era Itaipu”. (CATTA, 2009, pg 67)

Vale ressaltar que a cidade era dividida em três áreas residenciais, que de acordo com CATTA (2009), um de seus requisitos era o valor imobiliário e o padrão de moradias predominantes. As áreas consideradas nobres, eram priorizadas pela administração, em contraponto, CATTA (2009) aponta que existia um certo descaso das autoridades com os setores mais carentes.

No final dos anos 60 e no decorrer dos anos 70, com o aumento do turismo na cidade, os problemas de infraestrutura se tornaram mais visíveis, pois se contrapunha com a imagem que a cidade queria construir, de uma cidade turística.

Em conformidade com o quadro 1 (página 43) realizado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu (2011)[26], podemos fazer uma análise das quatro fases do ciclo econômico do município.

Em 1870 iniciou-se o ciclo econômico da exploração e comércio da madeira, grande propulsor econômico, que era o auge da economia de Foz do Iguaçu (CATTA, Luiz Eduardo; p. 143; 2002).

Nos anos 70 a 80, a construção da Itaipu trouxe grande desenvolvimento no município gerando maior demanda de infraestrutura e industrialização. A obra foi concluída em 1982 e em 1984 começou a produção de energia.

[26] Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62491> Acesso em: 14 de maio de 2019.

Com a conclusão da obra, para sobreviver a essa era pós-itaipu em uma cidade onde não havia empregos suficientes para absorver toda a força de trabalho existente, os trabalhadores foram forçados a se tornar trabalhadores informais para sobreviver. (PARO, Denise, 2016).

> A população de Foz do Iguaçu percebia salários muito baixos [...]. Os trabalhadores estavam a mercê do que lhes ofereciam os patrões, uma vez que a maioria não possuia qualificação profissional, nem mesmo para atividades que pouco exigiam conhecimentos, pois muitos chegavam do campo procurando emprego na cidade. (PARO, Denise, 2016, pg.74)

Em função disso, CATTA (2002) apud CORRÊA (2010), relata as consequências geradas desse momento:

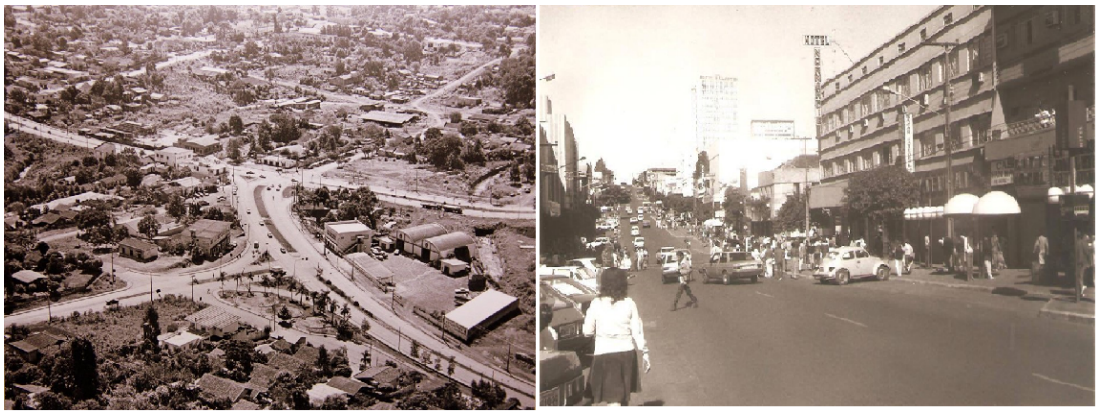
> Assiste-se durante este período ao surgimento de favelas, muitas localizadas em áreas impróprias à habitação, isto porque a população de baixa renda não conta com condições financeiras suficientes para adquirir lotes ou edificações mais dignas, tendo que se sujeitar a moradias em locais insalubres e sem infra-estrutura urbana(CORRÊA, 2010, pg. 71)

O que se percebe é que o desenvolvimento, a industrialização e o crescimento econômico no município, não beneficiou todos os seus moradores concomitantemente, ou seja, parte deles é deixada à margem de todo esse movimento que estava acontecendo, visto que para participar era necessário ter um capital financeiro que essas famílias não possuíam.

É possível perceber, por meio das imagens, que a cidade de Foz do Iguaçu passou por muitas mudanças em sua infraestrutura, no decorrer dos anos.

As imagens abaixo são, respectivamente, dos anos 1979 e 1980. A primeira imagem, apresenta a Avenida das Cataratas com a Avenida Jorge Schimmelpfeng e o início da avenida General Meira. A segunda imagem mostra a Avenida Brasil.

FOTOGRAFIA 4- Foz do Iguaçu, final da década de 70 e década de 80



Fonte: Acervo municipal. Da esquerda para a direita: a) Foto da Avenida Felipe Wandscheer com a Avenida das cataratas, que cruza descendo para o canto inferior direito, em frente ao início da Avenida das Cataratas podemos ver a Avenida Paraná e o início da Avenida General Meira que segue para o canto inferior esquerdo; b) Foto da Avenida Brasil.

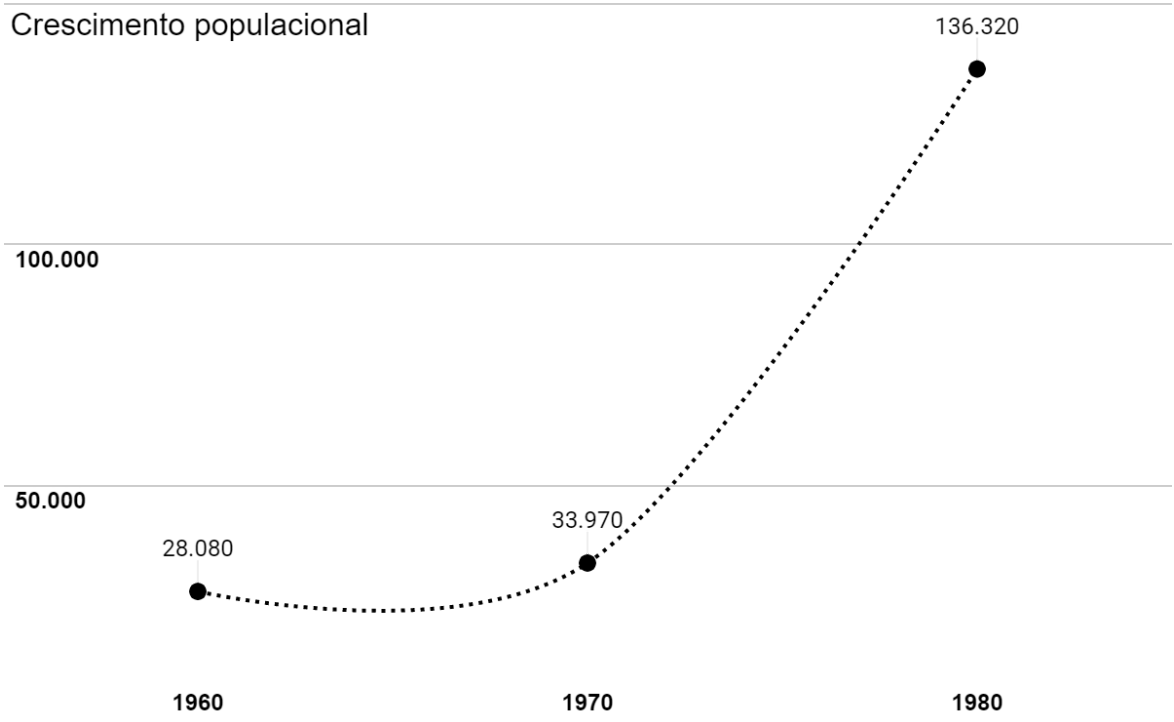
Boa parte dos ex-trabalhadores da Itaipu foram absorvidos pelo novo ciclo econômico que se instaura na cidade, o ciclo de exportação e turismo de compras. Como afirma GLUCK (2018): “Com a abertura da zona livre em Ciudad Del Este, iniciou-se este novo ciclo econômico, que absorveria grande parte da mão-de-obra gerada pela hidrelétrica”. (GLUCK, 2018, pg. 384

A partir de 1980 a 1995, com a exportação e turismo de compras podemos perceber um acréscimo de 74.861 pessoas. E entre 1995 a 2008, houve aumento de 108.007 pessoas por conta do comércio, turismo de compras e eventos que anos mais tarde tem um refreamento, gerando uma crise econômica. A população iguaçuense, em 1990 era de 190.194 habitantes, em 2000 já acrescentará para 258.543 e em 2010 teve uma leve queda para 256.088. (PDDIS, 2016)

Tais informações vêm de encontro ao que elucidamos, onde o crescimento desordenado proporcionou o surgimento dos problemas habitacionais da cidade. No momento em que adquire a característica de ser uma cidade caracterizada pelo atrativo da criação da Usina de Itaipu, que possibilitou um aglomerado de trabalhadores e suas famílias em busca de trabalho, essa massa não foi totalmente absorvida como mão de obra, ocupando e formando, então, as periferias de Foz do Iguaçu. (CATTA, 2002)

Como podemos observar pelo gráfico abaixo, Foz do Iguaçu até os anos 70 era uma cidade de porte pequeno, tendo o seu *Boom* de crescimento nos anos 80, decorrido dos processos que ponderamos anteriormente, que ocorreram no município.

Gráfico 1- Crescimento Populacional de Foz do Iguaçu décadas de 1960, 1970 e 1980.



Elaboração própria. 2020

Na atualidade, Foz do Iguaçu é uma cidade de porte médio, conforme a estimativa do IBGE 2018 e possui 258.823 habitantes. Vivem aqui não só brasileiros como também paraguaios, libaneses, chineses e argentinos e demais etnias em escala menor.

“A cidade de Foz do Iguaçu tem seu comércio, a atividade turística prestadora de serviços com sua maior fonte de renda e pode ser considerada o centro de destaque do oeste paranaense” (GLUCK, 2018, pág. 392). Outro setor que movimenta a cidade é o setor de eventos, e de acordo com a Secretaria do

Desenvolvimento Sustentável e do Turismo a cidade está entre as cinco cidades brasileiras que mais realizam eventos internacionais, tendo capacidade para atender eventos de todos os portes.[27]

> Estima-se que o Destino Iguaçu, como é conhecido nacional e internacionalmente, recebe, por ano, mais de 5 milhões de turistas, somados os que visitam as Cataratas do Iguaçu, pelo Brasil e Argentina, os que visitam a Itaipu Binacional e participam de eventos nacionais e internacionais, e os que se dirigem à região para fazer compras em Ciudad del Este, no Paraguai. As Cataratas do Iguaçu recebem 2,5 milhões de turistas por ano, pelos lados brasileiro e argentino do Parque Nacional do Iguaçu. Já a Itaipu Binacional recebe mais de 500 mil visitantes/ano. E os eventos atraem outros 300 mil visitantes.[28]

Porém, conforme a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável Turismo (2019), a principal motivação para o turismo é o lazer, chegando a mais de 80% dos casos, sendo Foz do Iguaçu a terceira cidade brasileira mais visitada por esse motivo.

Além disso, nas últimas décadas a região apresenta um crescimento exponencial no setor imobiliário devido ao seu destaque como uma região estudantil, ocorrendo uma busca por moradias de baixo custo e compartilhada entre estudantes, remodelando portanto, a forma de comercialização de moradias devido ao comportamento desses novos integrantes da região.

GLUCK (2018), em seu trabalho Perfil Cultural- Foz do Iguaçu, analisa as regiões do município, conforme suas características mais expressivas, separando-as em 12.

I) A Região do Três Lagoas era a antiga região agrícola, atualmente caracterizada pela abundância de moradias populares, região que teve diversas

---

[27]Maiores informações, ler:<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=443> Acesso em 12 de Março de 2020.

[28] Maiores informações,ler: <https://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/sobre-a-cidade/a-cidade> Acesso em 12 de março de 2020.

invasões e com crescimento acentuado nos últimos anos. Também se caracteriza comportar trabalhadores da construção civil do comércio e da prestação de serviços.

II) Na Região da Vila C, a população é composta principalmente por ex-barrageiros da Itaipu assim como trabalhadores do comércio informal do Paraguai.

III) A região do São Francisco ou Morumbi, considerada a região mais populosa, foi área de ocupações e um dos primeiros grandes loteamentos do município.

IV) A Região do Porto Meira é considerada um centro de relações comerciais com a Argentina. Foi palco de inúmeras invasões e atualmente é um local densamente povoado.

V) A Região do Jardim São Paulo é composta principalmente por trabalhadores dos setores de comércio e economia informal.

VI) A região do Jardim América é caracterizada pela centralização comercial de importação e exportação, devido à sua localização geográfica próxima à Ponte da Amizade (Brasil/Paraguai).

VII) Na região do Parque Imperatriz, os trabalhadores se dedicam em sua maioria ao comércio, hotelaria a economia informal.

VIII) A região da Vila A, é conhecida por ser uma região bastante estimada e elitizada. Com boa infraestrutura comercial e habitacional, onde grande parte da população compõe-se de trabalhadores de mais altos níveis da hidrelétrica de Itaipu.

IX) Na região central, situa-se o pólo financeiro, comercial e administrativo. Nessa área localiza-se também a maior variedade gastronômica.

X) A Região do Campos do Iguaçu, composta em sua maioria por trabalhadores dos setores educacional, empresarial, público e bancário.

XI) A Região do Maracanã, é uma região pouco populosa em relação às

demais regiões apresentadas, sua característica principal é a concentração de hotéis na região. Considerada a área com o maior número de hotéis da cidade, a grande maioria da população nessa área está envolvida em ocupações e serviços relativos ao setor de turismo e hotelaria.

Portanto, sobra-nos apenas falar da Região Rural, XII) dividida em Região Rural Norte e Região Rural Leste/Sul, onde predomina na região trabalhadores do campo, como agricultores, lavradores, fazendeiros e infraestrutura de turismo, como exemplo a rodovia, via de acesso a cidade (BR-277) que passa pela área rural.

Tem-se observado que o município está passando por desenvolvimento e melhorias na infraestrutura, como informa GLUCK (2018) :

> O município de Foz do Iguaçu está em amplo desenvolvimento, com novas áreas, indústrias delimitadas, e políticas públicas voltados ao desenvolvimento teve um grande choque de mudanças em sua infraestrutura, com aumento do investimento em obras e serviços criando melhores condições em todos os setores econômicos do município gerando maior desenvolvimento da população iguaçuense (GLUCK, Renê, 2018, pg. 324)

Em suma, observa-se na cidade um desenvolvimento gerado, parte, por políticas públicas de desenvolvimento. Devido a isso, tem se então a necessidade de se ter um conhecimento histórico e social do lugar, para que seja possível delimitar quais políticas teriam mais eficiência em sua implementação. Pois, através da análise correta, os investimentos trariam melhores resultados, com um bom uso do recurso público.

Em síntese, com o aumento da população das cidades médias, devido à migração populacional da zona rural para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, possibilitou um fenômeno de mudanças, na qual se reformulou e se reestruturou o espaço e as relações dentro delas. Esse evento ocasionou a fragmentação do espaço e segregação socioespacial. Esse processo foi responsável pela separação da população, visto que as parcelas menos favorecidas passaram a ocupar as áreas periféricas das cidades desamparadas

em relação às políticas públicas de saneamento entre outros acessos que beneficiam uma vida de qualidade, como afirma Corrêa, (1995):

> O conceito de segregação apareceu com a Escola de Chicago. Sendo definido como um processo ecológico resultante da competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais. Analogamente ao que ocorre no mundo vegetal (Corrêa, 1995. p.59).

Assim, diante desse pressuposto, compreendemos que, a segregação socioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano. Desta maneira, a segregação do espaço está diretamente atrelada aos aspectos históricos, culturais e econômicos devido ao processo de não possuírem pleno acesso aos recursos necessários; tal como um representante dos interesses da comunidade, para contornar e transformar essa realidade. Assim como resultado deste desenvolvimento, ocorre a divisão de classes sociais, bem como a marginalização dos mais vulneráveis, delimitando diretamente a elevação dos índices de desigualdades.

3.2 EVOLUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL EM FOZ DO IGUAÇU

Muitos dos moradores que vieram para o Município de Foz do Iguaçu na década de 70, não tinham condições de comprar um pedaço de terra e acabavam por ocupar áreas que estavam ociosas, construindo casas, plantações, criações de animais e demais benfeitorias.

Muitos desses lotes chegaram a ser pagos, mas não a seus donos legais, e sim a aproveitadores que os vendiam ilegalmente, essas afirmações foram constatadas por CATTA (2009).

Ainda conforme o autor, com o crescimento da cidade e as propriedades passando por supervalorização, os antigos donos das terras ocupadas entraram em luta judicial para reintegração de posse e com o poder público ao seu favor,

tiveram causa ganha, possibilitando muitos casos de expulsão das famílias de suas casas, de forma violenta, a fim de “assegurar a ordem”.

O que causou indignação em muitos, por não haver um processo de justiça para ambas as partes neste ocorrido, mediante a situação de déficit habitacional já reconhecida no momento. CATTA (2009), cita um manifesto publicado em 88, que abordava sobre o ocorrido (uma das desocupações, que ocorreu de forma truculenta), o Manifesto da Dioceses de Foz do Iguaçu:

> [...] Como entender essa sanha destruidora diante do déficit habitacional de Foz do Iguaçu? Pesquisas apontam ao menos 18 favelas maiores com um total de 40.000 favelados, sendo 20% da população urbana de Foz. E a tendência é aumentar. É grande o número de menores abandonados que dormem ao relento. (CATTA, 2009, pg. 258)

Portanto, nesse momento já se tinha conhecimento por parte das autoridades, sobre o déficit habitacional do município. Devido a isso, o manifesto questiona essa tomada de decisão a favor das reintegrações de posse.

De forma geral, a organização da cidade era caótica e sem planejamento, onde há loteamentos informais e até mesmo em áreas verdes, surgiam novas vilas e bairros “sem a mínima infra-estrutura para se consolidar espaços de moradia e sociabilidade” (CATTA, 2009, pág. 258)

Foz do Iguaçu, por muito tempo não teve nenhuma política habitacional para construção e controle do processo de construção de moradias. As consequências foram um crescimento desordenado da cidade. Pois muitos dos migrantes eram pobres, vindo de áreas rurais que adquiriram pequenos lotes, despadronizados.

> Aos poucos surgiram moradias, sem orientação técnica e controle por parte da administração pública, sendo que o olhar do urbanista, mais preocupado com a estética da cidade, que poderia agredir a sensibilidade dos moradores bem nascidos, acusava a qualidade daquelas construções. (CATTA, 2009, pg 169)

Uma das primeiras orientações, foi uma tentativa de controlar a quantidades de pessoas vivendo na área urbana. De acordo com CATTA (2009):

> A preocupação com a quantidade de pessoas vivendo na área urbana [...] procurando manter um índice não superior a 100 hab,/ha [...]. Apesar das recomendações, a densidade demográfica de Foz do Iguaçu saltou de 38,69 Hab/km² em 1970, para 216,38 hab./km² em 1980, o que desorganizou tanto os espaços centrais da cidade como a periferia, que expandiu-se rapidamente para dar vazão a necessidade de ocupação daquela imensa massa humana que para lá se dirigiu. (CATTA, 2009, pg 171)

Num segundo momento, a fim de embelezar e higienizar a cidade, devido ao turismo crescente, a camada mais pobre foi expulsa para regiões distantes da região central, que é por onde circulava os turistas.[29] CATTA (2009, pg 172), enfatiza que nesse momento “as camadas populares foram expulsas para a periferia, para lugares sem infraestrutura mínima adequada para viver de maneira digna”. Dessa forma as classes mais baixas são deixadas à margem, sobrando apenas a possibilidade de se alojar em áreas periféricas da cidade, em loteamentos mal planejados e até mesmo não aprovados pela prefeitura.

Nesse período, o município conta com a intervenção do estado, através da COHAPAR para a construção de unidades habitacionais. Criada através da Lei nº 5113/1965 a mesma que extingue a CHPEP- caixa de habitação popular do Estado do Paraná que fora criada em 1950 pela Lei nº360/1950[30].

---

[29] Processo conhecido como “gentrificação”. Criado pela socióloga britânica Ruth Glass , o termo gentrificação refere-se aos gentry, “pequena nobreza”, que mudaram-se para bairros operários em Londres devido a arquitetura, diversidade, infraestrutura, cultura , localização privilegiada e baixo custo. A concentração desses novos moradores provoca a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais pois estes passam a demandar e consumir mais bens e serviços. O que resultou foi a expulsão dos antigos residentes e comerciantes, populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes.ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação> Acesso em 29 de Julho de 2020.

[30] Ler na íntegra: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=16351&codItemAto=169193> Acesso em 15 de Abril de 2020.
O atendimento da CHPEP era preferencial para os funcionários públicos, e “em 15 anos de existência construiu 994 casas em 16 conjuntos habitacionais”.(p49) Já a COHAPAR, no período

Os recursos foram investidos prioritariamente nas construções para a classe média, deixando em segundo plano as habitações populares. CATTA (2009), aponta que a “própria prefeitura municipal, apresentava os resultados dos investimentos em moradia”, relatados no documento “Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o Ciclo Itaipu”, onde revela o seguinte:

> A prefeitura em convênio com a Cohapar, construiu 560 unidades habitacionais, tipo popular, para famílias com renda de 2 a 5 salários mínimos. Ainda dentro desse programa, foram construídas 730 unidades tipo “embrião”, sendo estas unidades devido suas características, ou seja, tipo de moradia, valor da prestação, destinados a atender especificamente às famílias em favelas. Para as famílias com renda de 5 a 10 salários mínimos, foi montado pelo Inocoop-PR um programa habitacional com previsão de construção habitacional com previsão de construção de 1.014 unidades residenciais, sendo que 200 unidades estão sendo construídas. (CATTA 2009, p. 264)

Logo, se examinarmos os números, poderemos perceber que a maior atenção se deu a famílias com salários superiores a 2 salários mínimos.

Quanto a qualidade das obras da COHAPAR, no período que se estende de 1965 a 1983, as unidades habitacionais resultaram em uma paisagem massificada que se distinguia da cidade.

> Os primeiros conjuntos construídos pelo estado, apesar da melhor qualidade em relação às outras regiões do país, também em relação a qualidade construtiva, tamanho da unidade, do terreno e acabamento, aparecia o traço da uniformidade/massificação que marcou profundamente o período SFH/BNH. [...]
>
> A monótona paisagem urbana produzida associada a ausência de infra estrutura e muitas vezes distantes do centro das cidades, em muito se assemelhava aos bairros pobres, remetendo as famílias a mesma condição anterior de carência por serviços públicos urbanos. (PEHIS-PR, 2012,p.62,64)

No âmbito municipal, Foz do Iguaçu, dispõe do Instituto de Habitação-

---

de 1967 a 2010 produziu 190.533 moradias.
Ler na íntegra:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-5113-1965-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-constituir-na-forma-desta-lei-a-companhia-de-habitacao-do-parana-cohapar-e-da-outras-providencias > Acesso em 15 de Abrirl de 2020.

FOZHABITA, instituído pela Lei 2389 em 22 de maio de 2001 é uma autarquia com o propósito de:

> Art. 2º O FOZHABITA terá por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos à habitação popular e programas de desfavelamento[31] e outros programas habitacionais voltados à população de baixa renda, observado o planejamento urbano municipal.

Porém anteriormente à criação do Fozhabita, nos anos de 1993 a 1998, a cidade dispunha de uma companhia de habitação, conhecida como Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu-COHAFOZ, criada pela Lei nº 1735/93[32]. O estudo de ROCHA (2019) relata que:

> Diante da intensificação do fluxo populacional, ocorreu uma maior demanda por moradias e Foz do Iguaçu precisou urgentemente minimizar o déficit de moradia para a população de baixa renda. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, implementou em 1993 a Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu – COHAFOZ, pela lei nº 1.735, de 12 de janeiro de 1993, com a finalidade de desenvolver o programa municipal de habitação e a construção de moradias populares. A partir de 1997, com a mudança da administração municipal, reorganizou técnica e administrativamente a COHAFOZ, passando a assumir as ações do setor de habitação, priorizando a população de baixa renda, em parceria com o COHAPAR. A lei 2.184 de 23 de dezembro de 1998, em seu art. 44 extinguiu o COHAFOZ [...]. (ROCHA, 2019, pg 47-48)

Com o fim do COHAFOZ, três anos depois é instituído o FOZHABITA que viria a continuar as obras.

Conforme o PDDIS (2016):

> O levantamento que consta no Plano Diretor de 2006, havia cerca de 2.500 famílias vivendo em áreas de risco. [...] As famílias que ocupam áreas de risco são retiradas desses locais e remanejadas para os empreendimentos de habitação de interesse social do município.

---

[31] Processo de remoção das favelas.

[32] Para ler na íntegra:
<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1993/173/1735/lei-ordinaria-n-1735-1993-dispoe-sobre-a-criacao-da-companhia-de-habitacao-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>
<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1998/219/2184/lei-ordinaria-n-2184-1998-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-revoga-as-leis-n-1729-93-1937-95-e-1941-95-e-da-outras-providencias-1999-12-22-versao-consolidada> Acesso em 15 de Abril de 2020.

Nesse período, surge em Foz do Iguaçu o programa de habitação de interesse social Casa Foz, entregando unidades tanto em lotes do próprio FOZHABITA quanto em lotes particulares através do uso do FGTS, possibilitando às famílias de baixa renda o acesso à moradia digna “oferecendo projetos, documentos técnicos, acompanhamento da construção em terreno próprio, aquisição de terreno para construção de unidade habitacional ou ainda na compra de imóvel usado.”(FOZ DO IGUAÇU, 2014)[33]

Em relação aos assentamentos precários, existiam, em 2010, conforme o Ministério Público do Paraná, o total de 6.830 domicílios em 39 favelas e o total de assentamentos precários estava em 9.055.[34]

“Em 2011, o município desenvolveu o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, que tinha como objetivo traçar metas para solucionar o déficit habitacional das famílias com baixa renda”. (PDDIS, 2016, pg. 116) Como meio de acesso aos os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS, é necessário que o município apresente esse plano com os objetivos e metas a curto, médio e longo prazo.

> O PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios e estados consolidam, em nível local a Política Nacional de Habitação, de forma participativa com outros instrumento de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes e os Planos Plurianuais locais. (Cidades.gov.br)
>
> Em 2013 foi idealizado o Projeto Viver Bem, cujo objetivo é atender famílias que não se enquadram nos programas habitacionais e de desfavelamento e que possuam renda bruta acima de R$ 1.200,00, abrangendo também os trabalhadores autônomos que declaram imposto de renda acima de R$ 1.500,00. Através do Programa Minha Casa Minha Vida viabiliza o financiamento junto a Caixa Econômica de terrenos em áreas de ZEIS[35] destinadas para habitações de interesse

[33] Disponível em:<http://www.pmfi.pr.gov.br> Acesso em 25 de Março de 2020.
[34] Disponível em: <https://apps.mppr.mp.br/geoview/plataformaAtuacao/indicadores/perfil/120_4108304.html#precaridade_habitacional> Acesso em 07 de junho de 2019.
[35] Zonas Especiais de Interesse Social: As ZEIS (Zona Especiais de Interesse Social) segundo o Ministério de Desenvolvimento Regional é uma ferramenta para planejamento urbano com objetivo de identificar regiões específicas de uma cidade em que existe construções habitacionais não regulamentadas e precárias, proporcionando para essa população uma rede de infraestrutura de serviços públicos básicos como saneamento básico, iluminação pública, água encanada entre outros. Disponivel em: <http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z> Acesso em

> social, onde o custo do m2 possui valor abaixo do mercado, possibilitando acesso à moradia própria a famílias de menor renda.[36]

Conforme o PDDIS, o FOZHABITA, nos anos de 2005 a 2015 foi responsável pelo atendimento de 5418 famílias, como mostra o quadro a seguir:

09/09/2020.
LEI COMPLEMENTAR Nº 276, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017. **Art. 51** As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - compreendem as áreas onde há interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária, em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo. Para ler na inegra: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-foz-do-iguacu-pr> Acesso em 29 de Julho de 2020.

[36] Disponível em:<http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=34943>. Acesso em 20 de maio de 2019.

Tabela 1-Número de famílias atendidas pelo FOZHABITA entre os anos de 2005 a 2015.

Região	Regularizações	Remanejamentos	Total por região
Região 01- TRÊS LAGOAS	260	969	1229
Região 02 - VILA C	1091	981	657
Região 03 - SÃO FRANCISCO	489	168	657
Região 04 - PORTO MEIRA	237	468	705
Região 05 - JARDIM SÃO PAULO	96	0	96
Região 06 - JARDIM AMÉRICA	0	0	0
Região 07 - PARQUE IMPERATRIZ	75	24	99
Região 08 - A.K.L.P	30	0	30
Região 09 - CENTRO	0	184	184
Região 10 - CAMPOS DO IGUAÇU	123	112	235
Região 11 - CARIMÃ	0	11	111
Região 12 - RURAL	0	0	0
Total por classificação	2041	3017	
Total por município			**5418**

Fonte: PDDIS (2016)

No geral, os projetos adotados entre 2003 a 2016, em conjunto com a COHAPAR, não possibilitam alterações no projeto e aproveitam o “máximo da área para implantação de unidades habitacionais, dessa forma reduziram-se o tamanho dos lotes e por consequência o recuo e afastamento das unidades [...].” (PEHIS-PR, 2012, P.69)

Foi no período da diretoria de Valmir Gritten (ex-diretor-superintendente do Fozhabita), que o FOZHABITA, inaugurou condomínios populares como Santa Rita, Duque de Caxias, Vila Solidária, Vale do Sol, Lagoa Dourada, Vila União, Grande Lago e Conjunto Bubas.

> **Balanço –** A execução do Condomínio Santa Rita vem se somar a entrega do Condomínio Duque de Caxias (Morumbi), no último mês de outubro, beneficiando 136 famílias.
>
> Foram entregues (100) casas na Vila Solidária; 70 moradias no Vale do Sol e Lagoa Dourada; da Vila União foram entregues 128 apartamentos, restando para serem entregues 56 apartamentos. No Conjunto Buba todas as 400 unidades habitacionais foram entregues; no Conjunto Lagoa Dourada, do total de 700 moradias, foram entregues 400 casas.
>
> **Obras**– Encontram-se em execução as obras dos empreendimentos: Jardim Almada com 234 unidades habitacionais, com prazo de entrega para seis meses e, Jardim Andradina com 80 moradias, prazo de entrega de três meses.[37]

Duas obras foram realizadas em períodos posteriores. A primeira foi a do Conjunto Habitacional Primavera, com a proposta de entrega de 192 unidades habitacionais, realizadas entre os anos de 2014 e 2015, e o Residencial Grande Lago, em 2016, com 296 unidades habitacionais.

No tocante ao déficit habitacional atual, a diretora superintendente do FOZHABITA, Elaine Ribeiro de Souza Anderle que veio ocupar a diretoria que anteriormente era desempenhado, por Eduardo Teixeira - exonerado em 2018, diz desconhecer o atual déficit de habitações, atribuindo a responsabilidade à gestão anterior. Estima que o déficit abrange cerca de 20 mil pessoas o que equivale a 7,72% em relação ao total de habitantes. A matéria que foi publicada no jornal Gazeta diário, no dia 21 de fevereiro de 2019, refere-se a esse desconhecimento[38]:

> O Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu desconhece o atual déficit habitacional do município. A realidade foi pontuada pela diretora da autarquia, Elaine de Souza Ribeiro Anderle, que está à frente do Fozhabita desde dezembro passado.“Hoje estamos trabalhando na implantação de um sistema que irá informatizar toda rotina de trabalho

[37] Disponível em: <clickfozdoiguacu.com.br/conjunto-habitacional-santa-rita-sera-inaugurado-em-foz-do-iguacu/ > Acesso em 15 de Abril de 2020.

[38] Disponível em: <PLANONACIONALDEHABITAO.pdfhttps://gdia.com.br/fozhabita-desconhece-atual-déficit-habitacional-de-foz-do-iguacu/ > Acesso em 12 de junho de 2019

> dentro do Fozhabita. Até então tudo funcionou de forma muito precária, basicamente tocada por estagiários. Logo que assumimos passamos a identificar muitos casos de cadastros em duplicidade, pessoas já falecidas e que não estão mais em nossa cidade. Por conta disso não é possível afirmar com exatidão qual é o atual déficit habitacional de Foz do Iguaçu", revelou.[...] Com a ajuda de servidores do instituto, Elaine estimou que cerca de 20 mil pessoas devam compor o déficit por moradia na cidade. "É uma estimativa. Só teremos como precisar isso após a implantação desse novo sistema", reforçou.

Não conseguir mensurar um problema também é um problema, isso pode nos sugerir uma falta de interesse por parte dos atores responsáveis pela política pública. Pois como já mencionado, a política pública necessita do uso de indicadores, pois eles servem para o diagnóstico da realidade que se pretende mudar. Somente através da compreensão da profundidade de um problema é que se pode elaborar uma política para o seu controle.

Além da compreensão do problema é necessário também uma sensibilidade por parte dos atores a fim de conseguir elaborar políticas habitacionais que dialogue com outras políticas urbanas já em ação, evitando assim um efeito rebote causado pela construção em zonas não consolidadas e desconectadas da malha urbana. O efeito rebote surge de uma reação oposta à intervenção deliberada, quando em relação à própria dinâmica há o retorno ou aumento dos problemas. O diálogo da política habitacional com as demais políticas urbanas permite pensar em habitação como um conjunto de benfeitorias e estruturas que deixam de ser exclusivamente um lugar para morar.

A cidade é direito de todos, o que significa ter acesso ao uso do espaço, da modernidade, da tecnologia e das políticas públicas (eletricidade, saneamento, água, transporte e segurança). A construção de habitações populares em áreas remotas ocasiona uma desconexão entre os beneficiários da política e a cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é fragmentado devido aos próprios produtores desse espaço e os processos que nele ocorrem, pode-se considerar que o espaço urbano é fragmentado, pois sua composição apresenta muitas pluralidades (indústria, lazer, comércio, serviços e habitação) as diferentes realidades estão inseridas em distintos locais, tornando o ambiente fracionado e plural.

No espaço urbano observamos a reprodução das relações sociais e a segregação urbana, dada pela condição econômica e classe social. Dessa forma, o espaço condiciona a sociedade ao mesmo tempo que reflete as suas relações.

O Estado pode ser um reprodutor dessa segregação na medida em que suas políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento são desiguais para as diferentes classes sociais, observando-se as classes com mais poder aquisitivo são melhor assistidas. Dessa maneira, estas medidas geram uma maior desigualdade entre as regiões de uma cidade.

O Estado também pode, entretanto ser um importante organizador, regulamentador e investidor da produção do espaço, intervindo na sociedade quando se supõe uma necessária modificação nesta. Essa intervenção na sociedade, em busca de uma mudança do *status quo*, dada uma insatisfação ou problema público é apresentada através de políticas públicas. Para tal, é necessário o interesse dos atores políticos na problemática apresentada.

A problemática em torno da habitação nas cidades, remete-se a industrialização urbana e o crescimento acelerado das cidades. A indústria atrai moradores do campo, estes, migram com expectativa de que na cidade teriam melhores condições de vida, mas o fato é se tratando do município de Foz do Iguaçu, este não absorveu toda a mão de obra disponível .

Para a análise das causas e consequências do problema habitacional em Foz do Iguaçu, foram elencados cinco acontecimentos importantes para o desenvolvimento do município, são eles: I) o estímulo ao turismo devido ao Parque Nacional, II) o comércio entre Brasil e Paraguai, favorecido pela ponte da Amizade, III) a comunicação terrestre via BR-277, IV) o turismo via aérea devido

à inauguração do aeroporto internacional e V) o Tratado de Itaipu.

O crescimento populacional foi gradativo até meados da década de 1970, contudo após a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu ocasionou maior mudança na questão habitacional e econômica do município, pois demandou muita mão de obra, sendo necessário acomodá-los na cidade.

Nesse período a cidade preocupada em construir uma imagem de cidade turística, passa então por modernizações no ambiente, principalmente nas áreas centrais onde circulava os turistas, a camada mais pobre que vivia ali é então expulsa para regiões mais distantes.

O que se percebe então é que as áreas nobres foram privilegiadas pela administração, em contraponto surgia na cidade inúmeros loteamentos informais sem nenhum controle por parte da administração pública, sem a mínima estrutura e de forma totalmente desordenada, nas áreas periféricas.

Dessa forma, o processo histórico de habitação municipal foi marcado por ocupações, vendas ilegais de terras, falta de controle para a construção de novas moradias, crescimento desordenado da cidade dada a periferização e marginalização das classes com menor renda e o crescente desemprego aliado a uma economia informal que contribuiu para o favelamento urbano. A primeira preocupação que se tem é com a densidade demográfica na área urbana e a imagem que essa deveria ter para com os turistas, direcionando assim os recursos para as áreas centrais.

A política pública habitacional municipal se deu com o direcionamento de recursos públicos para as áreas centrais, favorecendo e elitizando essa região, essa medida foi acompanhada da expulsão da camada mais pobre, que se deslocou para regiões distantes do centro da cidade.

Frente a problemática habitacional de carência de moradias, foram executadas tentativas de controle ao déficit através da construção de unidades habitacionais marcadas pela massificação e uniformidade em lotes modestos, pouca distância de uma unidade para outra e sem a possibilidade para alterações no projeto.

É possível incluir políticas da União que contribuíram para a segregação

como a falta de planejamento urbano onde englobasse toda a cidade nos quesitos infraestrutura e serviços públicos, a indiferença com os trabalhadores pobres, a expulsão destes para zonas periféricas, sem (ou com baixo) provimento de transporte, água encanada, coleta de esgoto e luz elétrica, num processo conhecido como gentrificação, onde para continuar a arcar com os custos de moradia é necessária a busca por lugares com menor custo de vida.

Conclui-se que quanto às políticas de habitação a nível federal, a limitação ao acesso da casa própria mesmo em situações em que a famílias de baixa renda deveriam ser priorizadas mostra a incapacidade do atendimento às populações de baixa renda. A superficialidade das políticas, a falta de controle da qualidade das habitações, o mau uso dos recursos, a inadequação dos programas habitacionais para reduzir o déficit de moradias e a localização das moradias em áreas periféricas pouco conectadas à malha urbana.

Nesta pesquisa bibliográfica, nota-se a escassez de informações acessíveis sobre as zonas geográficas e sociais da cidade, a delimitação desses espaços e os planos de governo direcionados às políticas de habitação popular de maneira clara e objetiva aos beneficiários.

É notável uma necessidade de pertencimento da população iguaçuense à cidade, porém são grandes os desafios ao acesso a moradia de custo acessível em localidades com infraestruturas de qualidade que proporcione educação, saúde, segurança e lazer. Em uma análise mais contundente, a cidade de Foz do Iguaçu tem uma carência de um planejamento que abranja a população de uma maneira mais totalitária considerando seu espaço geográfico e seu potencial quanto a uma região trinacional.

A problemática da habitação em Foz do Iguaçu permeia diferentes setores da economia e da sociedade, para se desenvolver políticas de redução de déficit de moradia deve se considerar a sua dinâmica urbana. Os programas sociais de habitação popular não devem, sendo assim, ser uma solução para um único problema que é a falta de habitação e sim olhar para o indivíduo como um integrante ativo da sociedade em pleno exercício da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

1- LIVROS E ARTIGOS

AZEVEDO e ANDRADE. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro- RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2011.

BLOEMER, Neusa Maria Sens ; XAVIER Soiara Suziney. **Programas Habitacionais: Indicadores de Avaliação**. Taubaté-SP: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional; 2013.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo- SP: Estação Liberdade; 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil**. Espaço Plural. Ano VIII, Nº 17, 2º Semestre; 2007.

CATTA, Luiz Eduardo. **A Face da Desordem: Pobreza e Estratégia de Sobrevivência de uma Cidade de Fronteira (Foz do Iguaçu/ 1964-1992)**. São Paulo-SP: Blucher Acadêmico; 2009.

CATTA, Luiz Eduardo. **Cotidiano de uma Fronteira: A Perversidade da Modernidade**. Cascavel-PR: Edunioeste; 2003.

CORRÊA, Antonio Ricardo. **Índice de Desenvolvimento Sustentável do Município de Foz do Iguaçu**. Maringá-PR; 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática; 1995

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens. Porto Alegre:Bookman e Artmed**; 2006.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall; 1984.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Célia de. **Metropolização Do Espaço, Gestão Territorial E Relações Urbano-rurais: Algumas Interações Possíveis.** GEO UERJ: Rio de Janeiro; 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Memória do Brasil; 1954.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e Urbanização Subdesenvolvida**. Perspectiva: São Paulo-SP; 2000.

GLUCK, Renê. **Perfil Cultural: Foz do Iguaçu.** Master Gluck; 2018.

Heidemann,Francisco G, SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília-DF: UNB; 2019.

LENCIONI, Sandra. **Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano**. São Paulo: UNESP; 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro; 2001.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história.** Foz do Iguaçu - PR: Copyright; 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes; 1981.

LUCCI, Elian Alabi. **Território e sociedade do mundo Globalizado**. São Paulo: PUC/SP; 2016.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades. Alternativas para a crise urbana.** São Paulo: Vozes; 2001.

MIRANDA, Luiz Fernando. **Escândalos de Corrupção e a Proteção dos Governos em CPIs Federais no Brasil.** Niterói; 2014.

MOREIRA, Camila Fernandes e LEME, Alessandro Andre. **Direito à moradia: Políticas públicas nos governos FHC e Lula**. Uberlândia: FAPEMIG/UFU; 2010.

PARO, Denise. **Foz do Iguaçu: Do descaminho aos novos caminhos. Foz do Iguaçu-PR: Epígrafe;** 2016.

PASTERNAK, Suzana. **Habitação e saúde**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados; 2016.

ROCHA, Fernanda Sobral. **Das remoções aos conjuntos habitacionais: uma análise da percepção das mulheres chefes de família do bairro Cidade Nova no município de Foz do Iguaçu - PR**. Foz do Iguaçu: Unioeste; 2019.

RODRIGUES, William Costa.**Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST; 2007.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA; 1999.

SARAVIA, Enrique e Ferrarezi, Elisabete . **Políticas públicas; coletânea**. Brasil: Escola Nacional de Administração Pública (Enap); 2006.

SECCHI, Leonardo**. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções.** São Paulo: Cengage Learning; 2016.

SIMONSEN, M. H. **Poupança e crescimento econômico: o caso brasileiro.** Ensaios Econômicos, EPGE, n.178; 1991.

SOUZA, Adelita Araujo de. **Itaipu e a Urbanização da Zona de Fronteira do Iguaçu: Cidade e Conjuntos Habitacionais Da Usina Hidrelétrica.**Campinas: PUC; 2011.

SOUZA, Leda Maria de. **Análise comparativa das Políticas Habitacionais nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**.Santa Catarina: UNIVALI; 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**.São Paulo: Contexto; 2013.

2- DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL/BID.**Manual de orientações do subprograma de desenvolvimento institucional dos municípios**. 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**; Brasília; 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de Janeiro de 1939. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 24 de Junho de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.218, de 1º de Maio de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9218-1-maio-1946-417087-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de Julho de 2019

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.777, de 6 de Setembro de 1946. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9777.htm>. Acesso em: 24 de Junho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de 1923. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm>. Acesso em 25 de Março de 2020

BRASIL. Decreto nº 7.499, de 16 de Junho de 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm>. Acesso em 18 de Julho de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.795, de 24 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7795.htm>. Acesso em 18 de Julho de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.666, de 2 de Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9666.htm>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em 25 de Março de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 18 de Julho de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm.>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná PEHIS-PR**. 2012.

FOZ DO IGUAÇU, **Dados Econômicos de Foz do Iguaçu 2011**. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. 2011. Disponível em <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62491>. Acesso em: 09 jul 2019.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Complementar nº 271, de 18 de Julho de 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/2017/27/271/lei-complementar-n-271-2017-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-sustentavel-pddis-foz-que-define-principios-objetivos-diretrizes-e-instrumentos-para-a-realizacao-das-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-foz-do-iguacu>. Acesso em 24 de Junho de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Complementar nº 276, de Novembro de 2017. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Ordinária nº 1.735, de 12 de Janeiro de 1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1993/173/1735/lei-ordinaria-n-1735-1993-dispoe-sobre-a-criacao-da-companhia-de-habitacao-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Ordinária nº 2.184, de 23 de Dezembro de 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1998/219/2184/lei-ordinaria-n-2184-1998-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-revoga-as-leis-n-1729-93-1937-95-e-1941-95-e-da-outras-providencias-1999-12-22-versao-consolidada>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Ordinária nº 2.389, de 22 de Maio de 2001. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2001/238/2389/lei-ordinaria-n-2389-2001-institui-a-autarquia-de-habitacao-de-foz-do-iguacu-fozhabita-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu 2013. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br>. Acesso em 18 de maio de 2019.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Projeto Viver Bem do FOZHABITA**. 2014. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=34943>. Acesso em 25 de março de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. 2018. Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>. Acesso em 3 de Março de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**. 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso a serviços urbanos não acompanha avanço de políticas públicas de moradia.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23062-acesso-a-servicos-urbanos-nao-acompanha-avanco-de-politicas-publicas-de-moradia> Acesso em 11 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. 2004. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/>. Acesso em 15 de Julho de 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento de 2000-2007 para 2004-2011**. Relatório do Marco Inicial, Brasília, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Informações Municipais para Planejamento Institucional**. Disponível em: <https://apps.mppr.mp.br/geoview/plataformaAtuacao/indicadores/perfil/120_4108304.html#precaridade_habitacional>. Acesso em 7 de Junho de 2019.

PARANÁ. Decreto-lei Estadual nº 7.573, de 20 Outubro de 1938. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/fozdoiguacu.pdf>. Acesso em 28 de Junho de 2019.

PARANÁ. Lei nº 1.383, de 14 de março de 1914.

PARANÁ. Lei nº 360, de 5 de Julho de 1950. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=16351&codItemAto=169193> Acesso em 15 de Abril de 2020.

PARANÁ. Lei Ordinária nº 5.113, de 14 de Maio de 1965. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-5113-1965-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-constituir-na-forma-desta-lei-a-companhia-de-habitacao-do-parana-cohapar-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

PARANÁ. Lei Ordinária nº 790, de 14 de Novembro de 1951. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquenio-de-1952-a-1956>. Acesso em 24 de Junho de 2020.

SECRETARIA DE GOVERNO. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/minha-casa-minha-vida>. Acesso em 18 de Julho de 2019.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO. Disponível em:

<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteúdo=443> Acesso em 12 de Março de 2020.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO. **Turismo Em Números 2018 (Anos-Base: 2014 a 2018).** 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável**. 2016.

SECRETARIA NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Plano Nacional de Habitação**. 2019. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf>. Acesso em 12 de Junho de 2019

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Plano Nacional de Habitação. Versão para debates Brasília: Ministério das Cidades**. 2010.

3- ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

ESTADÃO. **Sob governo do PSL, Minha Casa vira Casa Brasileira.** 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sob-governo-do-psl-minha-casa-vira-casa-brasileira,70002553694>. Acesso em 20 de Junho de 2019.

EXAME. **Mercado imobiliário deve crescer de 10% a 15% em 2019**. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/mercado-imobiliario-deve-crescer-de-10-a-15-em-2019/> Acesso em 20 de Junho de 2019.

EXAME. **Novo "Minha Casa" deve ter aluguel em vez de posse na faixa de menor renda**. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/novo-minha-casa-deve-ter-aluguel-em-vez-de-posse-na-faixa-de-menor-renda/> Acesso em 20 de Junho de 2019.

O GLOBO. BENEVIDES, Carolina. **Segundo Estudo, Todos os Municípios Brasileiros em Déficit Habitacional**. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/segundo-estudo-todos-os-municipios-brasileiros-tem-deficit-habitacional-11827890#:~:text=O%20estudo%2C%20que%20pela%20primeira,prec%C3%A1rias%20at%C3%A9%20alugu%C3%A9is%20altos%20demais.> Acesso em 5 de Maio de 2019.

CLICKFOZ. Conjunto Habitacional Santa Rita será inaugurado em Foz do Iguaçu. 2012. Disponível em: <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/conjunto-habitacional-santa-rita-sera-inaugurado-em-foz-do-iguacu/#>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

4- PÁGINAS DA INTERNET

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação> Acesso em 29 de Julho de 2020.

FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO. **A cidade**. Disponível em: <https://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/sobre-a-cidade/a-cidade> Acesso em 12 de março de 2020.

PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS. Disponível em: <https://projetomemoriadascataratas.wordpress.com/>. Acesso em 28 de junho de 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.**TCU detecta problemas no Programa Minha Casa Minha Vida.** 2014. Disponível em: <https://tcu.jusbrasil.com.br/noticias/114760176/tcu-detecta-problemas-no-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em 15 de Agosto de 2019.